



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
CURSO DE BACHARELADO EM URBANISMO

VANDERSON ANTÔNIO ROMÃO FERREIRA

**REMANSO (BA): DIMENSÃO POPULACIONAL, RELAÇÕES
CIDADE-CAMPO E DINÂMICAS URBANO-REGIONAIS**

Salvador - BA

2025



VANDERSON ANTÔNIO ROMÃO FERREIRA

**REMANSO (BA): DIMENSÃO POPULACIONAL, RELAÇÕES
CIDADE-CAMPO E DINÂMICAS URBANO-REGIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Bacharelado em Urbanismo, do Departamento de Ciências Exatas e da Terra I - Campus Salvador, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Agripino Souza Coelho Neto;
Co-orientador: Prof. Dr. Muniz Antônio dos Santos Filho.

Salvador - BA
2025


VANDERSON ANTÔNIO ROMÃO FERREIRA

REMANSO (BA): DIMENSÃO POPULACIONAL, RELAÇÕES CIDADE-CAMPO E DINÂMICAS URBANO-REGIONAIS


Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Bacharelado em Urbanismo, do Departamento de Ciências Exatas e da Terra I - Campus Salvador, da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Urbanismo.

Aprovado em 19/12/2025


BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
 **AGRIPINO SOUZA COELHO NETO**
Data: 29/12/2025 10:00:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Agripino Souza Coelho Neto (Orientador)
Doutor em Geografia (UFF)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Documento assinado digitalmente
 **NATALIA MORENA LAGE SILVA**
Data: 04/01/2026 11:47:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Natália Morena Lage Silva (Membro externo)
Mestre em Estudos Territoriais (UNEB)
Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Documento assinado digitalmente
 **ELTON ANDRADE DOS SANTOS**
Data: 03/01/2026 11:36:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Elton Andrade dos Santos (Membro externo)
Mestre em Estudos Territoriais (UNEB)
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Antônio (in memoriam) e Ana Rita, por todo esforço dedicado à minha criação e educação. Levo comigo o amor que me foi dado e o exemplo diário de dignidade e trabalho que ambos me ensinaram.

À minha avó Filomena, agradeço por cada gesto de carinho. Sei o quanto esperou por este momento.

Registro meu profundo agradecimento ao meu orientador, Prof. Dr. Agripino Coelho Neto, pela confiança, escuta e dedicação, que foram essenciais para minha caminhada na pesquisa desde a iniciação científica.

Agradeço igualmente ao meu co-orientador, Prof. Dr. Antônio Muniz Filho, pelas importantes contribuições realizadas ao longo deste percurso.

Estendo meus agradecimentos à Prof. Ma. Natália Morena e ao Me. Elton Andrade dos Santos, por aceitarem o convite para compor a banca examinadora.

Agradeço aos colegas do Grupo de Pesquisa Território, Rede e Ação Política (TERRITÓRIOS), pela construção coletiva do conhecimento ao longo desses anos.

À minha namorada Maria Eduarda, agradeço com carinho especial pela companhia que desejo preservar para a vida inteira. Obrigado por cada palavra, pela cumplicidade, paciência e incentivo contínuo.

Agradeço à minha família, pelo apoio constante e por todo carinho.

Agradeço também aos amigos, pelas conversas, risadas, acolhidas e incentivos que tornaram o percurso mais leve.

Agradeço à Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e ao Curso de Urbanismo, por oferecerem a estrutura e o ambiente necessários para minha formação. Estendo os agradecimentos aos professores, técnicos e funcionários que contribuíram direta ou indiretamente para o meu percurso na universidade.

Sou grato ao Programa de Iniciação Científica (PICIN/UNEB) e ao CNPq, pelo apoio às minhas pesquisas durante a graduação, experiência que considero fundamental para minha formação enquanto pesquisador.

Por fim, agradeço à Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA/UNEB) pela oportunidade de estágio, experiência que contribuiu para meu desenvolvimento profissional.

RESUMO

As pequenas cidades são numerosas no território brasileiro e apresentam grande diversidade de características naturais, culturais, econômicas e sociais. Inserido no debate teórico e metodológico sobre esse tema, este trabalho tem como objetivo classificar e caracterizar a cidade de Remanso (BA) a partir da análise de sua inserção nas dinâmicas urbano-regionais, buscando compreender as especificidades que definem as pequenas cidades brasileiras. A pesquisa foi estruturada em quatro eixos analíticos: configuração populacional, dependência da administração pública, integração ao sistema urbano regional e correlação urbano-rural. Para tanto, articulou-se um referencial teórico composto por diferentes autores que têm tomado as pequenas cidades como objeto de investigação, com dados secundários provenientes de bases governamentais e da sociedade civil, além de dados empíricos produzidos pelo Grupo de Pesquisa TERRITÓRIOS, vinculado à Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Os resultados indicam que Remanso se configura como uma cidade pequena não apenas por seu porte populacional, mas, sobretudo, pela forte dependência do setor público, pela posição periférica que ocupa na rede urbana regional e pela expressiva presença de ruralidades no espaço urbano. Essas características revelam um território híbrido, no qual o rural e o urbano se entrelaçam em múltiplas escalas, conformando modos de vida e dinâmicas que desafiam a dicotomia entre campo e cidade. Desse modo, o estudo contribui para o avanço das discussões teóricas e metodológicas acerca das cidades pequenas, ressaltando sua relevância para a compreensão da urbanização brasileira contemporânea.

Palavras-chave: Cidades Pequenas; Rede Urbana; Ruralidades; Remanso.

ABSTRACT

Small towns are numerous throughout Brazil and exhibit a wide diversity of natural, cultural, economic, and social characteristics. Inserted within the theoretical and methodological debate on this theme, this study aims to classify and characterize the city of Remanso (BA) by analyzing its insertion into urban-regional dynamics, seeking to understand the specific features that define Brazilian small towns. The research was structured around four analytical axes: population configuration, dependence on public administration, integration into the regional urban system, and urban-rural correlation. To this end, the study articulates a theoretical framework composed of authors who have taken small towns as objects of investigation, combined with secondary data obtained from governmental and civil society databases, as well as empirical data produced by the TERRITÓRIOS Research Group, linked to the State University of Bahia (UNEB). The results indicate that Remanso can be characterized as a small town not only because of its population size but mainly due to its strong dependence on the public sector, its peripheral position within the regional urban network, and the significant presence of ruralities within the urban space. These features reveal a hybrid territory in which the rural and the urban intertwine at multiple scales, shaping ways of life and dynamics that challenge the traditional dichotomy between countryside and city. Thus, this study contributes to advancing theoretical and methodological discussions on small towns, emphasizing their importance for understanding contemporary Brazilian urbanization.

Keywords: Small Towns; Urban Network; Ruralities; Remanso.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização de Remanso e demais municípios da Região Imediata de Juazeiro.

Figura 2 - Rua Vidal de Negreiro “Rua Larga” no bairro Capão de Baixo em Remanso. S.d.

Figura 3 - Casa de máquinas e extravasores da barragem e hidrelétrica de Sobradinho. 1983.

Figura 4 - Sede do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto em Remanso Velho.

Figura 5 - Sede do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto após inundação.

Figura 6 - Vista aérea de Remanso, realocada para a formação do lago de Sobradinho. 1983.

Figura 7 - Principais cidades onde o residente busca produtos não disponíveis na sua cidade (amostra). Remanso (BA). 2024.

Figura 8 - Principais cidades onde o residente busca serviços não disponíveis na sua cidade (amostra). Remanso (BA). 2024.

Figura 9 - Frequência de deslocamento da população residente em Remanso para a cidade de Juazeiro. Remanso (BA). 2024.

Figura 10 - Motivação dos deslocamentos da população residente em Remanso para a cidade de Juazeiro. Remanso (BA). 2024.

Figura 11 - Tipo de relação da população residente com a zona rural. Remanso (Ba). 2024

Figura 12 - Manifestações culturais que a população residente na cidade de Remanso (Ba) participa na zona rural. Remanso (BA). 2024.

Figura 13 - Lugares e atividades de lazer na zona rural frequentados pela população residente na cidade de Remanso (BA). 2024.

Figura 14 - Características rurais atribuídas à cidade de Remanso (BA) pela população residente (amostra). 2024.

Figura 15 - Frequência da população residente em Remanso (Ba) a Feira Livre.

Figura 16 - Rua com arborização considerável em Remanso.

Figura 17 - Casa com o quintal tomado por árvores em Remanso.

Figura 18 - Lote rural em meio à área urbana de Remanso.

Figura 19 - Limiar entre a área urbana e a área rural em Remanso.

Figura 20 - Cavalo amarrado pastando em um terreno vazio em Remanso.

Figura 21 - Jumento amarrado pastando em um terreno vazio em Remanso.

Figura 22 - Homem conduz uma carroça puxada por um cavalo em Remanso.

Figura 23 - Praça sem movimentação de pessoas em Remanso.

Figura 24 - Loja de produtos agropecuários no centro de Remanso.

Figura 25 - Espaço reservado para a feira livre em Remanso.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Evolução populacional do Município de Remanso - 1991-2022.

Tabela 02 - Estoque de emprego formal do município de Remanso - 2017.

Tabela 03 - Contas Municipais de Remanso. 2024.

Tabela 04 - Produto Interno Bruto de Remanso. 2021.

Tabela 05 - Transferências de recursos do FPM para os municípios da Região Imediata de Juazeiro. 2024.

Tabela 06 - Postos de emprego formal distribuídos por setores de atividade econômica e Estoque de emprego dos municípios em relação ao estoque da Região Imediata de Juazeiro. 2017.

Tabela 07 - Estabelecimentos por setores de atividade econômica e Total de atividades em relação a da Região Imediata de Juazeiro. 2017.

Tabela 08 - Distribuição de Estabelecimento por porte na Região Imediata (2025).

Tabela 09 - Estabelecimento de Serviços na Região Imediata de Juazeiro.

Tabela 10 - Indicadores Econômicos e Sociais (PIB, PIB Per capita, IDHM e IVS) da Região Imediata de Juazeiro.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DE REMANSO	14
3 DIMENSÃO POPULACIONAL	21
4 DEPENDÊNCIA DA POPULAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	25
5 DINÂMICAS URBANO-REGIONAIS	30
6 RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E RURALIDADES NO URBANO	40
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	54

1 INTRODUÇÃO

As cidades pequenas brasileiras são numerosas e desempenham um papel significativo na organização espacial do Brasil. Conforme o censo do IBGE de 2022, o Brasil conta com 5.570 municípios e destes, 5.529 contam com até 50 mil habitantes, representando 99,26% das cidades brasileiras. Essas cidades constituem ampla parcela do território brasileiro e possuem características naturais, culturais, econômicas e sociais diversas, o que reforça a necessidade de compreendê-las em sua pluralidade.

Apesar disso, historicamente, a produção de conhecimento, tanto empírico quanto teórico, voltada para as cidades pequenas, esteve à margem da produção geográfica. Uma das razões para isso está no próprio processo de urbanização, marcado inicialmente pela forte concentração populacional em grandes cidades e metrópoles e, posteriormente, pelo crescimento acelerado das cidades de porte médio, sobretudo a partir da última década do século XX. Nesse contexto, as metrópoles e as cidades médias tornaram-se, cada uma a seu tempo, os principais alvos de estudos acadêmicos, seja em relação a seus aspectos físico-territoriais, sociais ou à redistribuição espacial da economia. Por sua vez, a outra face do urbano brasileiro, representada pelas pequenas cidades, permaneceu à margem das pautas acadêmicas e políticas (Moreira Júnior, 2014). Entretanto, nas últimas décadas, ganhou força um movimento em sentido contrário, no qual pesquisadores da Geografia passaram a tomar as cidades pequenas como objeto de análise em suas investigações. Entre eles estão: Corrêa (2013), Fresca (2010), Moreira Júnior (2013), Henrique (2012), Bacelar (2012), Fernandes (2018) e Coelho Neto e Muniz Filho (2024, 2025a, 2025b, 2025c).

Esse esforço é fundamental, pois os problemas urbanos enfrentados pelas cidades pequenas são semelhantes aos das cidades médias e grandes, diferenciando-se apenas pela escala em que se manifestam (Bacelar, 2009). Contudo, as pequenas cidades ainda são englobadas em um limbo conceitual e epistemológico (Bacelar, 2012). Em consonância, Corrêa (2011, p.6) afirma que “a pequena cidade constitui objeto cuja conceituação está impregnada de encaminhamentos distintos e controversos”. Para Moreira Júnior (2013), essa

complexidade se reflete nos desafios teóricos e metodológicos enfrentados na análise das cidades pequenas, que variam conforme a região, a trajetória histórica e a inserção em áreas metropolitanas ou não.

A própria nomenclatura utilizada para designar essa categoria de cidades ainda é motivo de debate entre os pesquisadores. Expressões como cidades pequenas, pequenas cidades e cidades locais são empregados de forma recorrente, mas sem que haja consenso. Isso ocorre porque, no Brasil, essa categoria de cidade pode incluir desde núcleos urbanos com menos de mil habitantes até núcleos urbanos que, mesmo ultrapassando cinquenta mil habitantes, apresentam características de cidades locais na rede urbana. Do mesmo modo, existem cidades com cerca de cinquenta mil habitantes que, em determinadas regiões de baixa densidade demográfica, assumem funções de cidades médias (Moreira Júnior, 2013).

Para Santos (1994, *apud* Moreira Júnior, 2013), o conceito de cidade local deve ser entendido a partir do grau e da intensidade da centralidade exercida. Assim, Fresca (2010, *apud* Moreira Júnior, 2013), reforça que cidades pequenas e cidades locais não são sinônimos. A cidade local corresponde ao menor nível de cidades no Brasil, responsável por suprir restritamente às demandas imediatas de sua população. Já a cidade pequena, apresenta uma diversidade de atividades urbanas que extrapolam o nível mínimo, mas, que ainda são insuficientes para elevá-la à condição de cidade intermediária.

De maneira institucional, o IBGE classifica as cidades segundo sua centralidade, medida pela gestão do território, em cinco níveis: metrópoles, capitais regionais, centros sub-regionais, centros de zona e centros locais (BRASIL, 2008, *apud* Moreira Júnior, 2014). Esta última apresenta características similares das cidades locais. Entretanto, Moreira Júnior (2014) aponta que seria inadequado associar automaticamente o termo “cidade local” ao “centro local”, e da mesma forma o conceito de “cidade pequena” ao “centro de zona” ou a alguma subdivisão do centro sub-regional. Isso porque a realidade urbana revela-se muito mais complexa do que qualquer tipologia previamente definida, já que envolve variáveis de ordem histórica, geográfica, econômica e social que escapam a esquemas rígidos.

Assim, Moreira Júnior (2014) afirma que não se trata de defender a equivalência entre pequenas cidades e cidades locais, mas sim de reconhecer que ambas compartilham a condição de “cidades pequenas”. Nesse sentido, o autor defende atribuir à palavra “cidade” um caráter substantivo, que expressa sua essência urbana e materialidade concreta, ao mesmo tempo em que recebe o atributo de “pequena”, qualificando-a em termos territoriais, demográficos e funcionais.

Diante desse cenário, este Trabalho de Conclusão de Curso busca contribuir para o avanço das discussões sobre as cidades pequenas ao realizar uma investigação aprofundada sobre Remanso, tomando-a como caso exemplar para discutir parâmetros que permitam caracterizar uma cidade como pequena. A pesquisa fundamenta-se no arcabouço teórico-metodológico proposto por Coelho Neto e Muniz Filho (2024, 2025a, 2025b e 2025c), que orienta a leitura das pequenas cidades a partir de quatro dimensões analíticas: (i) tamanho populacional; (ii) dependência da população em relação à administração pública municipal; (iii) inserção no sistema urbano regional; e (iv) relações campo-cidade e ruralidades no urbano.

O objetivo geral consiste em analisar a dimensão, a posição e o papel de Remanso no contexto das dinâmicas socioespaciais que conformam a hierarquia e a rede urbana da Região Imediata de Juazeiro (BA). Para alcançar esse propósito, buscou-se caracterizar o município-cidade de Remanso do ponto de vista histórico e geográfico; examinar sua configuração populacional; avaliar o grau de dependência da população à administração pública; analisar a inserção de Remanso na rede urbana e na hierarquia urbano-regional da Região Imediata de Juazeiro (BA); e investigar a relação campo-cidade e as interações entre o rural e o urbano presentes em Remanso.

Neste estudo, buscou-se realizar uma pesquisa de natureza exploratória e explicativa, a fim de evidenciar a relevância do estudo das pequenas cidades e sua caracterização a partir do porte e da inserção na rede urbana. Adota-se uma abordagem quali-quantitativa: por um lado, a dimensão quantitativa se materializa no levantamento e tratamento de dados estatísticos e socioeconômicos; por outro, a

qualitativa permite interpretar o fenômeno estudado com base nas questões levantadas pelo referencial teórico.

O desenvolvimento deste trabalho segue quatro etapas articuladas. A primeira consiste na construção do referencial teórico, com base em textos que discutem a definição e as características das cidades pequenas e médias. A segunda contemplou o levantamento de dados secundários em diferentes acervos como Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IPEA); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI); Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC); Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN); Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CnesWeb); dentre outras fontes relevantes. A terceira etapa consistiu no tratamento dos dados coletados na pesquisa de campo realizada em Remanso em função da pesquisa “Dinâmicas Territoriais do Vale do São Francisco: singularidades e pluralidades da Região Geográfica Imediata de Montes Claros (MG) e Juazeiro (BA)” articulada pelo Grupo de Pesquisa Território, Rede e Ação Política (TERRITÓRIOS/UNEB) e financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Por fim, foi realizada a sistematização dos resultados em mapas, tabelas, gráficos e quadros que compõem este Trabalho de Conclusão de Curso de modo a evidenciar as dinâmicas que possibilitam a classificação de Remanso e a sua relação com as demais cidades da Região Imediata de Juazeiro.

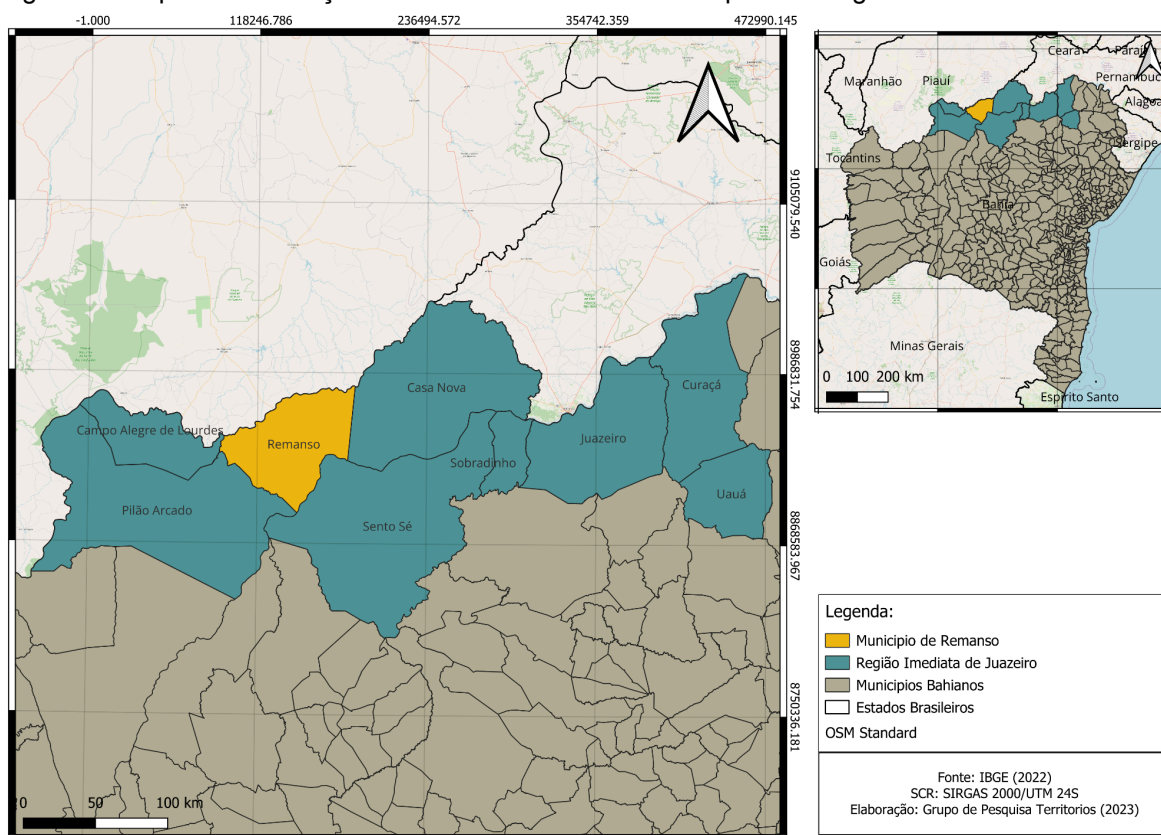
Diante do exposto nesta introdução, o capítulo seguinte apresentará uma caracterização histórica e geográfica de Remanso, contextualizando o objeto de estudo. Nos capítulos posteriores, propõe-se uma análise dividida em quatro eixos: configuração populacional, dependência da população em relação ao poder público, integração ao sistema urbano regional e correlação urbano-rural. Assim, a discussão destes parâmetros teórico-metodológicos permitirá classificar Remanso quanto a sua dimensão/tamanho. Nessa etapa, a teoria será confrontada com a empiria obtida a partir dos questionários aplicados, observações de campo e registros fotográficos, permitindo avaliar a aplicabilidade dos critérios propostos. As tabelas e gráficos apresentarão não apenas dados referentes a Remanso, mas também aos demais municípios da Região Imediata de Juazeiro, reconhecendo que a

compreensão das pequenas cidades requer uma leitura relacional e regional. Por fim, as considerações finais retomam os principais resultados alcançados, sintetizando como os elementos teóricos e empíricos contribuíram para a caracterização de Remanso como uma cidade pequena e para o avanço da reflexão geográfica sobre essa categoria urbana.

2 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DE REMANSO

A cidade de Remanso está localizada no norte do estado da Bahia, na Região Imediata de Juazeiro e banhada pelas águas do rio São Francisco, conforme ilustrado no mapa da Figura 1. Antes do povoamento dos colonizadores, o território em que está localizada a cidade de Remanso era ocupado por povos indígenas Acoroazes. Com o genocídio e etnocídio praticado contra esses povos, o território passou a ser propriedade da capitania hereditária de Pernambuco, sendo, em seguida, dado como presente à “Casa da Torre” de Garcia D’Ávila, pela contribuição à expulsão dos holandeses. Com o objetivo de chegar ao território que hoje compreende o estado do Piauí, a Casa da Torre construiu uma base de apoio na área em que atualmente está localizado o município de Pilão Arcado (naquela época era considerada distrito e vila do município de Juazeiro). A implantação deste ponto de apoio tinha o propósito de fornecer descanso aos trabalhadores e também viabilizar a criação de currais e a exploração de salinas próximas (Pinheiro, 2019).

Figura 1 - Mapa de localização de Remanso e demais municípios da Região Imediata de Juazeiro.



Elaboração: Grupo de Pesquisa TERRITÓRIOS.

Devido aos constantes conflitos armados entre as famílias Guerreiro e Militão na vila de Pilão Arcado, algumas famílias passaram a procurar refúgio em regiões próximas ao Rio São Francisco. Foi nesse contexto que muitos desses retirantes migraram para a fazenda Arraial, pertencente a Monel Félix da Veiga e arrematada por Joaquim José Gonçalves, em 1829 (IBGE, s.d).

A abundância de água e a fertilidade das terras da fazenda Arraial, privilegiadas pela presença do rio São Francisco, colaboraram para a prática da agricultura, da pecuária e da pesca. Com o desenvolvimento dessas atividades a fazenda Arraial cresceu e passou a ser chamada de “Arraial de Nossa Senhora do Remanso”. A inserção do nome Nossa Senhora representa a santa “Nossa Senhora do Rosário”, devido à devoção de um dos proprietários da fazenda. Já o nome Remanso faz referência à grande quantidade de águas do rio São Francisco que corriam vagarosamente pela localidade, como se a água estivesse parada. (Pinheiro, 2019).

Com o adensamento populacional da fazenda, foi originada a primeira via pública, que recebeu o nome de “Rua da Latada”, em referência aos refugiados que ali construíram abrigos de pano e/ou palha. A fazenda Arraial de Nossa Senhora de Remanso integrou o território de Juazeiro até 15 de janeiro de 1810, quando o Alvará Régio criou o município de Pilão Arcado, ficando o Arraial de Nossa Senhora do Remanso subordinado, na categoria de distrito. Mais tarde, em 1824, a área passou a fazer parte do território da província de Minas Gerais. Entretanto, em 1927, essa área voltou a pertencer ao território da Bahia (Pinheiro, 2019).

Posteriormente, a Resolução Provincial nº 650, de 14 de dezembro de 1857, dissolveu o município de Pilão Arcado, cujo território foi incorporado ao novo município denominado de “Nossa Senhora do Remanso de Pilão Arcado”. Dessa forma, o município criado englobou os territórios do município extinto e do distrito do Arraial de Nossa Senhora de Remanso, que passou a ser denominado como vila. Em 1900, a lei estadual nº 369, de 09 de agosto, elevou a vila à categoria de cidade com o nome de Remanso. Mesmo com uma infraestrutura precária, a população de Remanso continuou crescendo devido a chegada de pessoas atraídas pela economia local e pelas condições ambientais favoráveis. Dessa forma, Remanso passou a se destacar frente aos municípios circundantes. Nesse contexto, a Rua da

Latada foi o ponto central da urbanização da cidade. Com o passar dos anos a rua foi se alargando e propiciando o surgimento de outras ruas. Nesse sentido, foram criados os cinco bairros existentes no município: Capão de Baixo, Capão de Cima, Capão do Meio, Remanso e Pizeiro. (Pinheiro, 2019).

Durante a primeira metade do século XX a economia de Remanso era caracterizada pela comercialização de diversos produtos, destacando-se aqueles oriundos da pesca e da agricultura local, mas, além destes, também eram comercializados tecidos, materiais de construção, couro e ferragens. A navegação fluvial do rio São Francisco também foi muito importante para o crescimento de Remanso. As mercadorias trazidas pelo rio levaram a cidade ao status de centro de abastecimento e distribuição de produtos para as localidades próximas.

Entre 1896 e 1920, houve diversos conflitos pela disputa do domínio político do município, caracterizado pela polarização entre os grupos chamados de Cascudos e Borboletas. Os confrontos entre esses dois grupos só foram finalizados quando o Coronel Anfilófilo Castelo Branco expulsou os Borboletas de Remanso e tomou o poder político da cidade em 1919. A partir da década de 1920, outros conflitos ocorreram na cidade, envolvendo os interesses dos coronéis que buscavam a expansão de seus territórios e assegurar o controle do poder político de Remanso. Esse período ficou marcado por conflitos armados entre os jagunços dos coronéis e saques nas residências, comércios e na igreja matriz. Os confrontos foram dissipados através da intervenção dos agentes da força pública do governo estadual. (Pinheiro, 2019).

Devido ao processo de expansão urbana que ocorria em Remanso, em 04 de junho de 1939 foi publicado o Decreto Municipal nº21, que zoneava a cidade em duas áreas: urbana e suburbana. A área urbana compreendia o bairro Remanso e estava localizada mais próxima ao rio. Nesta área estavam localizados o porto, a prefeitura, a igreja matriz, o mercado municipal e os principais equipamentos de comércio e serviços, conformando o centro da cidade. Nesse bairro também residiam as famílias mais antigas e tradicionais (Silva, 2010).

A área suburbana compreendia os bairros “Capão de Baixo” e “Capão de Cima”, situados a 200 metros de distância da área urbana (bairro Remanso), separados por um terreno baldio inundável conhecido como “Várzea”. Com o passar

dos anos, se desenvolveu um novo aglomerado urbano com predominância de casas, num setor intermediário, chamado de “Capão do Meio”. Além dele, surgiram outros dois bairros periféricos, como “Piseiro” e “Gameleira”, com condições de moradia e infraestruturas precárias, onde morava a população de menor poder aquisitivo (Silva, 2010). A Figura 2 mostra a rua Vidal de Negreiro, conhecida como “Rua Larga”, no bairro Capão de Baixo na antiga Remanso.

Figura 2 - Rua Vidal de Negreiro “Rua Larga” no bairro Capão de Baixo em Remanso S.d..



Fonte: Canal do Youtube de Adelaido Viana, morador de Remanso.

A partir da década de 1940, foram construídas algumas estradas na região, com a abertura da estrada entre Remanso e São Raimundo Nonato, município do Piauí. Já na década de 1950, foi construída a BR-235, que ligava as cidades da região Norte do estado da Bahia ao principal polo econômico regional, estruturado em torno das cidades de Juazeiro e Petrolina. Dessa forma, houve uma redução do uso do Rio São Francisco como meio recurso de transportes de produtos, tornando-se mais comuns o transporte rodoviário (Pinheiro, 2019).

Em 1964, os militares tomaram o poder do Brasil por meio de um golpe de Estado. Após o golpe militar, a população passou a ter seus direitos e sua liberdade civil revogados. Censura da mídia, a violência e a repressão aos movimentos sociais caracterizaram esse período ditatorial. Dez anos após o golpe, o mundo enfrentou a primeira grande crise do petróleo. Visando diminuir o impacto da crise do petróleo e para se precaver de novas crises vinculadas à produção deste combustível fóssil, as nações buscaram e passaram a investir em fontes de energia renováveis. Nesse

sentido, o governo militar passou a construir usinas hidrelétricas, visando atender a necessidade energética dos grandes empreendedores (Pinheiro, 2019).

Para a produção de energia hidroelétrica é necessário o barramento de rios, com grande volume de água e o conseqüente alagamento de grandes áreas para provocar pressão na vazão da água. A partir desta perspectiva, a Barragem de Sobradinho é construída com o objetivo de regularizar a vazão do Rio São Francisco, para facilitar a produção de energia nas usinas de Paulo Afonso e Moxotó. Entretanto, seu projeto foi adaptado para que tivesse também a função de produção de energia elétrica. A Figura 3 exibe a casa de máquinas e extravasores da barragem e hidrelétrica de Sobradinho.

Figura 3 - Casa de máquinas e extravasores da barragem e hidrelétrica de Sobradinho. 1983.



Fonte: Acervo Memória da Eletricidade.

O local que foi determinado para a implantação da barragem fazia parte do município de Juazeiro, cuja área posteriormente passou a ser território do município de Sobradinho. Para a formação do Lago, territórios de seis municípios do Norte da Bahia foram alagados: Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado, Juazeiro e Xique-Xique, promovendo a retirada de 70 mil habitantes de suas terras. Além disso, as sedes municipais de Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado foram destruídas pelas águas do Lago de Sobradinho. As Figuras 4 e 5 mostram a sede do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto de Remanso (SAAE) antes e depois da inundação.

Figura 4 - Sede do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto em Remanso Velho. S.d.



Fonte: Canal do Youtube de Adelaido Viana, morador de Remanso.

Figura 5 - Sede do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto após inundação. S.d.



Fonte: Canal do Youtube de Adelaido Viana, morador de Remanso.

Desse modo, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), responsável pela gestão da implantação do empreendimento, contratou a empresa privada Projetos e Urbanização Ltda. (Prourb) para realizar uma avaliação técnica da cidade de Remanso, visando obter subsídios para a produção do Plano Diretor da nova sede municipal. (Pinheiro, 2019). O relatório divulgado em 1974 apontou que existiam 1.115 imóveis em Remanso, sendo 940 residências, 111 comércios, 33 imóveis de uso misto (residência e comércio) e outros 31 de usos diversos. Havia 63 ruas na cidade, sendo que 29 estavam localizadas no Capão e 34 no Remanso. Apenas 24% das vias contavam com pavimentação de paralelepípedo (Silva, 2010)

Sobre a concentração da administração pública na antiga Remanso podemos constatar que:

A administração pública era concentrada na esfera municipal e tinha sua sede no térreo do prédio da Prefeitura Municipal, como se vê na Figura 25, sendo o pavimento superior reservado ao Fórum e Cartórios Crime, Civil e Eleitoral. Anexo ao prédio funcionavam a Junta Militar e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além destes, funcionavam na cidade: uma agência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Coletoria Estadual, um escritório da Companhia de Navegação do São Francisco (FRANAVE), e a Companhia Telefônica de Remanso (Silva, 2010, p. 106).

A construção da nova sede de Remanso foi iniciada em 1973 e a transferência da população para a nova sede municipal ocorreu de forma gradual, até ser finalizada no ano de 1977. Em 1978, a barragem de Sobradinho foi inaugurada e com isso a antiga sede de Remanso foi inundada, dando lugar a um

dos maiores lagos artificiais do mundo (Pinheiro, 2019). A nova Remanso está localizada a uma distância de 6 quilômetros da antiga sede municipal. Além da melancolia provocada pela saudade da vida na antiga Remanso, a população também enfrentou uma certa desorientação espacial na nova sede (Figura 6), já que o relevo, a disposição das vias, das calçadas e dos equipamentos urbanos eram diferentes das características que os moradores estavam habituados (Silva, 2010).

Figura 6 - Vista aérea de Remanso, realocada para a formação do lago de Sobradinho. 1983.



Fonte: Acervo Memória da Eletricidade

O traçado da cidade construída bebeu de fontes do urbanismo modernista e foi influenciado pelo desenho de Brasília. A nova Remanso conta com várias áreas de circulação e recreação, grandes praças e *boulevards*. Décadas após a transferência da sede, a cidade passou por mudanças que deixaram de lado a monotonia das fachadas de casas padronizadas e dos tons monocromáticos, assumindo assim características como a variedade arquitetônica e os tons coloridos. (Silva, 2010).

3 DIMENSÃO POPULACIONAL

Historicamente, o parâmetro mais utilizado para classificar o tamanho das cidades tem sido o número de habitantes. Ao analisar os trabalhos publicados nos anais dos Encontros Nacionais de Geógrafos (ENG) e do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, entre 2000 e 2010, Moreira Júnior (2013) observa que muitos autores tomam o tamanho populacional como único critério para definir o que seria uma cidade pequena, enquanto outros o tratam apenas como um dos elementos possíveis nessa caracterização. O resultado é uma grande diversidade de classificações: há pesquisas que consideram pequenas as cidades com até 2.000 habitantes; outras ampliam o recorte para 10.000, 20.000 ou 50.000 habitantes; e há ainda trabalhos que incluem núcleos urbanos com população entre 50.000 e 100.000 habitantes.

A partir dessa revisão criteriosa sobre os trabalhos voltados às cidades pequenas, Moreira Júnior (2014) adota como limite populacional o patamar de até 50 mil habitantes para analisar as cidades pequenas da Região Metropolitana de Campinas em sua tese de doutorado. Levando em consideração o contexto latino-americano, Jacobi (1994) propõe uma classificação baseada no porte demográfico, organizada em escalas progressivas:

A dinâmica da urbanização latino-americana possibilita a definição de três formas de agrupamento, a saber: 1) cidades grandes que abrigam entre 500 mil e 1 milhão de habitantes e aquelas com mais de 1 milhão; 2) cidades intermediárias que incluem dois níveis – entre 50 mil e 100 mil habitantes e entre 100 mil habitantes e 500 mil habitantes – e 3) cidades pequenas que incluem três níveis – entre 10 mil e 20 habitantes; menos de 10 mil habitantes e entre 20 mil e 50 mil habitantes (Jacobi, 1994, p. 74, tradução do autor).

De maneira semelhante, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), conforme Bacelar (2009), também classifica as cidades pequenas em três grupos populacionais: o primeiro agrupamento considera as cidades com até 10.000 habitantes, o segundo grupo considera as cidades cuja população vai de 10.000 a 20.000 habitantes e o terceiro grupo considera a faixa de cidades com população entre 20.000 a 50.000 habitantes.

Segundo Coelho Neto e Muniz Filho (2025b), o IBGE utiliza uma organização próxima, embora mais simplificada, ao estabelecer dois agrupamentos demográficos que podem caracterizar cidades pequenas: municípios com até 20.000 habitantes e

municípios com população entre 20.000 e 50.000 habitantes. Dessa forma, embora não haja consenso absoluto, observa-se que as três classificações supracitadas convergem para o entendimento de que 50 mil habitantes é o limiar populacional que deve ser adotado para classificar as cidades pequenas.

Com base nos dados do Censo Demográfico do IBGE de 2022, referentes à população urbana dos municípios baianos, é possível distribuir as 417 cidades do estado da Bahia segundo os grupos propostos por Jacobi (1994). Nota-se que 180 cidades (43,2%) possuem até 10.000 habitantes na zona urbana; outras 110 cidades (26,4%) possuem população entre 10.001 e 20.000 habitantes; já a faixa de 20.001 a 50.000 habitantes abrange 80 municípios (19,2%). Somados, esses três grupos que envolvem as cidades pequenas, representam 88,7% de todas as cidades do estado, revelando seu peso expressivo na organização territorial da Bahia.

Por outro lado, à medida que o patamar populacional aumenta, o número de cidades diminui significativamente. As cidades com população entre 50.001 e 100.000 habitantes são 30, representando 7,2% do total. Já as cidades cuja população está na faixa entre 100.001 e 500.000 habitantes, são 15, representando 3,6% do total. Destaca-se, na sequência, Feira de Santana como a única cidade do estado com população urbana entre 500.001 e 1 milhão de habitantes, representando 0,24% do total de municípios. No topo da hierarquia urbana baiana, encontra-se Salvador, a capital do estado, que é a única cidade (0,24%) com população superior a 1 milhão de habitantes, totalizando mais de 2,4 milhões de habitantes. Outro dado relevante do Censo Demográfico de 2022 chama a atenção: 76,7% da população baiana reside em áreas urbanas. Em escala nacional, essa tendência é ainda mais acentuada, com 87,4% dos brasileiros vivendo em áreas urbanas.

Sob a luz da classificação proposta por Jacobi (1994), observa-se que, do ponto de vista demográfico, Remanso pode ser enquadrada no grupo das cidades pequenas, já que em 2022 a população urbana é de apenas 26.839 habitantes e a população total do município foi 40.586. Ou seja, não ultrapassa o limite de 50 mil habitantes proposto por Jacobi (1994) para esta categoria de cidade. Além disso, a leitura da Tabela 01 revela dinâmicas internas que enriquecem a compreensão do município para além do mero número de habitantes.

Tabela 01 - Evolução populacional do Município de Remanso - 1991-2022

ANO	POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO RURAL		POPULAÇÃO TOTAL
	ABSOLUTA	%	ABSOLUTA	%	
1991	17.868	52%	16.513	48%	34.381
2000	21.015	58%	15.242	42%	36.257
2010	23.470	60%	15.487	40%	38.957
2022	26.839	66%	13.747	34%	40.586

Fonte: IBGE (2022), SEI (1991, 2010 e 2020).

Elaboração: Equipe do Grupo de Pesquisa TERRITÓRIOS

Entre 1991 e 2022, a população total de Remanso apresentou um crescimento moderado, passando de 34.381 para 40.586 habitantes (pouco mais de 18%). Contudo, a maior transformação ocorreu na distribuição entre as zonas urbana e rural. Em 1991, a população estava relativamente equilibrada entre as duas áreas, com 52% na área urbana e 48% na área rural. Nas décadas seguintes, a tendência de urbanização se intensificou e em 2022 a população urbana representava 66% do total, enquanto a rural havia recuado para 34%.

Esse processo acompanha a lógica da urbanização brasileira descrita por Moreira Júnior (2014), em que o crescimento das cidades pequenas e médias se dá, em grande parte, pelo deslocamento populacional do campo para a cidade. No caso de Remanso, a redução da população rural entre 1991 e 2022 (de 16.513 para 13.747 habitantes) reforçam essa dinâmica, enquanto o crescimento urbano (de 17.868 para 26.839 habitantes) evidencia a centralização das atividades econômicas, sociais e políticas no núcleo urbano.

Contudo, como observa Moreira Júnior (2014), o tamanho populacional trata-se de um critério que, embora quantitativo, apresenta limitações, pois desconsidera o quanto o volume da população influencia e é influenciado por aspectos econômicos, sociais e locais. Nesse sentido, Santos (1982, apud Moreira Júnior, 2014) já advertia para os riscos de “generalizações perigosas” ao se estabelecer limites mínimos ou máximos para caracterizar cidades, destacando que o fenômeno urbano, antes de tudo, é qualitativo, apresentando especificidades morfológicas e funcionais próprias a cada contexto histórico e civilizatório.

Concorda-se, portanto, que a definição conceitual das cidades pequenas não pode se restringir ao critério demográfico, devendo abranger também dimensões funcionais e espaciais. Esses critérios podem ser operacionalizados por meio de variáveis e indicadores, mas o essencial é atentar para os aspectos qualitativos que deles emergem, como o modo de vida da população, o dinamismo e as

características econômicas e sociais, a relação entre o urbano e o rural, a localização geográfica, a proximidade de áreas produtivas e de mercados consumidores, entre outros elementos (Moreira Júnior, 2014). Em consonância com o exposto, o capítulo a seguir se dedica a contribuir para a classificação das cidades pequenas a partir de suas características político-administrativas e da dependência da população ao poder público.

4 DEPENDÊNCIA DA POPULAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Sob outra perspectiva, Bacelar (2012) propõe a categorização da pequena cidade levando em consideração não apenas os critérios demográficos, mas sobretudo suas características político-administrativas, enfatizando a dependência dos habitantes em relação ao poder público:

Pequenas cidades são aquelas com população inferior a 10.000 habitantes, em que a base produtiva e de empregos é reduzida, seus habitantes vivem em quase total estado de dependência do poder público, exemplificado pelas prefeituras, que se tornam o maior empregador e seus recursos ou receita tributária não representam a principal fonte de receita (Bacelar, 2012, p. 85).

Ainda que Bacelar (2012) considere prioritariamente cidades com menos de 10.000 habitantes em sua conceituação, as características citadas, de dependência do poder público municipal, também são comuns em cidades com populações que giram em torno de 20.000 a 30.000 habitantes. Conforme Bacelar (2012) a administração pública municipal se destaca como grande empregador e promotor de ações econômico-produtivas e sociais.

De forma mais ampla, Bacelar (2008) explica que a lógica da administração municipal nas pequenas cidades é resultado da combinação entre a herança patrimonialista lusitana de gestão do bem público e as diretrizes descentralizadoras e municipalistas instituídas pela Constituição Federal de 1988. A partir disso, surge o que o autor denomina de “Estado-município social”, que assume um papel central na vida cotidiana das cidades pequenas, tanto como maior empregador quanto como articulador de políticas sociais, culturais, econômicas e ambientais. Nesse contexto, a relação da população com a prefeitura é marcada pela dependência, uma vez que a administração pública funciona como mediadora entre os impactos de uma modernidade desigual e as necessidades locais, ainda que frequentemente beneficie apenas uma parcela dos residentes dessas cidades.

Essa notoriedade da esfera pública pode ser observada de maneira evidente em Remanso, através da Tabela 2, que apresenta o estoque de emprego formal no município. Nota-se que o setor público se destaca como principal empregador, pois 59,6% dos trabalhadores formais estão empregados na Administração Pública. O Comércio aparece em segundo lugar, com 23,1% dos empregos, seguido pelos Serviços, com 14,9%. A soma dos setores da Indústria de Transformação, Construção Civil, Agropecuária e Extrativismo não ultrapassa 2,3% do total. Essa

distribuição evidencia uma base produtiva frágil, onde o setor público não apenas ocupa a função de maior empregador, mas também sustenta o funcionamento do mercado consumidor e dos serviços privados.

Tabela 2 - Estoque de emprego formal do município de Remanso - 2017

Setor de Atividade	ESTOQUE	Dados Relativos
Administração Pública	1.865	59,6%
Comércio	723	23,1%
Serviços	466	14,9%
Indústria de Transformação	25	0,8%
Construção Civil	20	0,6%
Agropecuária e Extrativismo	29	0,9%
Total	3.128	100%

Fonte: SEI - Estatísticas dos Municípios Baianos (2017).

Elaboração: Equipe do Grupo de Pesquisa TERRITÓRIOS

Contudo, a estrutura administrativa local depende fortemente de transferências advindas de outras esferas de governo. Como lembra Moreira Júnior (2014), muitos municípios brasileiros são inviáveis financeiramente, visto que sua receita própria é insuficiente para manter a máquina pública municipal. De maneira geral, a sobrevivência dessas pequenas cidades está condicionada ao repasse de recursos oriundos dos estados (como ICMS e IPVA) e, principalmente, da União, por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

No caso de Remanso, essa lógica se confirma, pois, como demonstra a Tabela 3, em 2024 apenas 5% da receita municipal teve origem em arrecadação própria, enquanto 95% resultaram de transferências externas. Em outras palavras, isso significa que a prefeitura municipal praticamente não dispõe de autonomia financeira. Outro aspecto relevante é a destinação dos gastos. Observa-se que 45% foram aplicados em educação e 4% em saúde, revelando a concentração dos investimentos nas áreas sociais mais diretamente relacionadas às competências municipais.

Tabela 03 - Contas Municipais de Remanso. 2024

ITEM	VALOR* (Em R\$)	DIFERENÇA PERCENTUAL DA RECEITA TOTAL
Receita Própria do Município	10.087.123,36	5%
Transferência de Recursos	173.540.708,04	95%
RECEITA TOTAL (Própria + Transferência)	183.627.831,40	100%
Gastos com Saúde	7.304.791,57	4%
Gastos com Educação	82.550.191,36	45%

Fonte: TCM/BA (2024)

*Dados informados pelo gestor para exercício de 2024

Os dados do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, apresentados na Tabela 4, confirmam a relevância do poder público municipal na dinâmica econômica de Remanso. Em 2021, a Administração Pública respondeu por 38% da economia local, superando inclusive o Comércio e Serviços (37%) e muito à frente da Agropecuária (16%) e da Indústria (4%). Esses dados se relacionam com o apontado por Bacelar (2008; 2012) acerca do protagonismo do setor público nas cidades pequenas, não apenas como maior empregador, mas como motor do dinamismo econômico municipal.

Tabela 04 - Produto Interno Bruto de Remanso. 2021

ITEM	VALOR* (Em R\$)	DIFERENÇA PERCENTUAL DA RECEITA TOTAL
Serviços e Comércio	178.750.800,00	37%
Administração Pública	185.148.360,00	38%
Impostos	28.827.310,00	6%
Agropecuária	76.732.640,00	16%
Indústria	17.351.060,00	4%
Total	486.810.170,00	100%

Fonte: IBGE, 2021

Conforme já foi dito, os repasses advindos da União através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) tem papel de destaque no funcionamento da máquina pública municipal. O FPM foi estabelecido com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais, portanto, se enquadra no âmbito das transferências redistributivas. A Constituição Federal de 1988 estabelece através do Art. 159 I b) que os recursos do FPM devem ser formados por 22,5% do produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Impostos sobre a Renda (IR). Já o Art. 91 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966) estabelece que 10% do fundo deve ser destinado para as capitais dos estados e do

Distrito Federal e 90% deve ser destinado aos demais municípios do país. Além disso, a repartição dos recursos do FPM leva em consideração critérios populacionais e de renda (Gasparini; Miranda, 2006; Souza 2007). A tabela 05 indica que em 2024 Remanso recebeu R\$47.461.969,82 em transferências de recursos do FPM.

Tabela 05 - Transferências de recursos do FPM para os municípios da Região Imediata de Juazeiro. 2024

Unidade Escalar (1)	PIB (em R\$)
Campo Alegre de Lourdes	42.188.417,63
Casa Nova	68.556.178,35
Curaçá	42.188.417,63
Juazeiro	160.527.505,34
Pilão Arcado	42.188.417,63
Remanso	47.461.969,82
Sento Sé	47.461.969,82
Sobradinho	36.914.865,50
Uauá	36.914.865,50
Total da Região Imediata	524.402.607,22

Fonte: Tesouro Nacional Transparente (2024).

De acordo com dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, em seu painel de monitoramento, no mês de setembro de 2025, 8.251 famílias foram atendidas pelo Programa Bolsa Família no município de Remanso, abrangendo 21.788 pessoas. O valor total investido foi de R\$5.575.236,00, com benefício médio de R\$676,77 por família (BRASIL, s.d.). Esses números revelam a amplitude da dependência da população local em relação às políticas públicas de transferência de renda. Considerando que o município possui pouco mais de 40 mil habitantes, observa-se que mais da metade da população é diretamente beneficiada pelo programa, o que reforça o papel central do Estado como provedor da reprodução social em contextos de base produtiva reduzida, como ocorre em Remanso. Tal cenário confirma a análise de Bacelar (2012), segundo a qual a administração pública se torna o principal sustentáculo econômico das pequenas cidades, seja por meio do emprego formal, seja pelo acesso a políticas econômicas e sociais.

A partir dessa análise, o capítulo seguinte aprofundará a compreensão de Remanso no contexto de sua inserção urbano-regional. Isso significa considerar não apenas a sua população e a sua dependência em relação ao poder público, mas

também o modo como se articula com os fluxos econômicos e sociais da Região Imediata de Juazeiro, evidenciando a sua posição na rede urbana.

5 DINÂMICAS URBANO-REGIONAIS

Conforme Moreira Júnior (2014), a compreensão das cidades pequenas exige um recorte empírico que vá além do número de habitantes, sendo necessário investigá-las a partir de um contexto mais amplo (contexto regional), que permite estabelecer limites demográficos, funcionais e espaciais que ajudam a definir sua posição dentro da rede urbana. Nesse sentido, é fundamental considerar que tais cidades não se encontram isoladas. Ao contrário, estão integradas em redes de relações que extrapolam a escala local e chegam a se conectar até mesmo a fluxos globais, como observa Fernandes (2018). Assim, grande parte da população das pequenas cidades tem suas condições de vida diretamente vinculadas às dinâmicas do capital e às contradições da globalização.

Além disso, de acordo com Corrêa (1994 apud Fernandes, 2018), a caracterização de uma cidade pequena está relacionada à sua inserção em uma área, região ou rede urbana específica. Isso ocorre porque as cidades se definem tanto pelas relações internas quanto pelas interações externas com outras cidades, que determinam sua posição no espaço regional ou na rede urbana.

Em concordância com o que já foi exposto neste trabalho, Fresca (2010) aponta que utilizar apenas o número de habitantes para caracterizar uma cidade como sendo pequena, pode resultar em considerar cidades com populações similares como sendo pequenas, mas sem levar em consideração as especificidades de cada uma delas. Para a autora, deve-se analisar também as suas áreas de influência e sua integração com as redes urbanas, a fim de evitar equívocos. Em vista disso, a análise de redes urbanas pode ser realizada à luz da clássica Teoria das Localidades Centrais, que concebe o sistema urbano em termos de hierarquia, levando em conta a distribuição de bens e serviços. Assim, Fresca (2010) destaca:

A demanda por bens e serviços traduz localizações diferenciadas, pois há produtos e serviços de consumo frequente e pouco frequente permitindo estabelecer o alcance espacial máximo e mínimo de cada produto. Desta diferenciação na oferta dos bens e serviços, emerge uma diferenciação entre as localidades centrais, que segundo a teoria, é uma diferenciação de caráter hierárquico (Fresca, 2010, p. 77).

Via de regra, as cidades pequenas oferecem bens e serviços básicos e recorrentes, e por isso assumem menor influência na rede urbana. Já as cidades médias e grandes oferecem uma maior quantidade de bens e serviços, frequentes,

menos frequentes e também de alta complexidade, exercendo maior influência na rede urbana. Isso permite mensurar a centralidade dos núcleos urbanos. Desse modo, Conte (2014) afirma:

A centralidade de um núcleo é medida pelo seu grau de importância com base em suas funções centrais: maior número delas, maior a sua região de influência, maior a população externa atendida pela localidade central, maior a sua centralidade. Ou seja, a oferta de bens e serviços está relacionada ao tamanho do núcleo e de sua área de influência. Nesta dinâmica ocorre a hierarquização entre os centros; uma das formas utilizadas é: metrópole regional, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e centro local. (Conte, 2014, p.77)

Nessa perspectiva, a análise das redes urbanas, a partir dos fluxos de pessoas, mercadorias e capitais, e considerando a divisão territorial do trabalho, permite identificar regiões funcionais organizadas pelas interações econômicas, evidenciadas no comércio, nos serviços, nas cadeias produtivas e na mobilidade de trabalhadores.

Para compreender as dinâmicas urbano-regionais que Remanso está inserida, trabalharemos com a Região Imediata de Juazeiro, cujo recorte se deriva da mais recente proposta de Divisão Regional para o Brasil, por parte do IBGE, que divide o território brasileiro em Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, fornecendo não só uma base geográfica para a divulgação de dados estatísticos, como também oferecendo elementos para a compreensão atualizada da realidade territorial do país, considerando sua diversidade regional (IBGE, 2017). O critério central para a delimitação dessas regiões está na intensidade e na frequência dos fluxos cotidianos, que revelam como determinados núcleos urbanos polarizam atividades e serviços, organizando o espaço regional:

As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros (IBGE, 2017, p.19).

Além de Remanso, a Região Imediata de Juazeiro é composta por Juazeiro, Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Curaçá, Pilão Arcado, Sento Sé, Sobradinho e Uauá. Nessa configuração, Juazeiro se projeta como centro polarizador, enquanto os demais assumem papéis de menor influência na hierarquia regional. Os dados apresentados na Tabela 06, que contempla os postos de emprego formal

distribuídos por setores de atividade econômica na Região Imediata de Juazeiro comprovam esta circunstância.

Tabela 06 - Postos de emprego formal distribuídos por setores de atividade econômica e Estoque de emprego dos municípios em relação ao estoque da Região Imediata de Juazeiro. 2017

Municípios	Setores de atividades						Estoque Total	Vínculo com a Adm. Pública (%)	Estoque do município em relação ao estoque da Região Imediata de Juazeiro (%)
	Administração Pública	Agropecuário	Comércio	Serviços	Indústria de Transformação	Outras			
Campo Alegre de Lourdes	748	0	149	76	43	197	1.213	62%	2%
Casa Nova	2.565	3.482	791	409	284	43	7.574	34%	13%
Curaçá	1.598	261	254	83	69	295	2.560	62%	4%
Juazeiro	6.971	6.214	9.217	7.204	5.005	1.490	36.101	19%	63%
Pilão Arcado	1.278	1	83	104	7	35	1.508	85%	3%
Remanso	1.865	29	723	466	25	20	3.128	60%	5%
Sento Sé	1.550	176	325	46	11	69	2.177	71%	4%
Sobradinho	936	85	348	169	32	323	1.893	49%	3%
Uauá	821	6	267	71	53	5	1.223	67%	2%
Total	18.332	10.254	12.157	8.628	5.529	2.477	57.377	57%	100%

Fonte: SEI. Indicadores Municipais, 2019.

Elaboração: Equipe do Grupo de Pesquisa TERRITÓRIOS

A distribuição dos empregos formais expõe uma forte concentração do estoque total de vínculos empregatícios em Juazeiro, concentrando 63% do estoque total da região, além de apresentar diversificação e relativo equilíbrio entre os setores de atividades. Estes indicadores já destacam a centralidade de Juazeiro na região. Remanso, por sua vez, responde por apenas 5% dos empregos da Região Imediata de Juazeiro, com 60% de seus empregos atrelados à administração pública. Este panorama similar pode ser observado nos demais municípios da Região Imediata, com exceção de Casa Nova, onde o setor agropecuário é pujante. Os dados evidenciam que a economia de Remanso apresenta reduzida base produtiva, com pouca participação da indústria e da agropecuária no mercado formal. Isso reforça sua dependência do setor público como motor econômico local, condição típica de cidades pequenas conforme Bacelar (2012) e Moreira Júnior (2014).

A análise da quantidade de estabelecimentos por setores de atividade econômica na Região Imediata de Juazeiro, possibilitada pelos dados agrupados na Tabela 07, reforça a mesma conclusão. Enquanto Juazeiro concentra 68% do total de atividades registradas na região, Remanso participa com apenas 7%, ocupando uma posição inferior e distante da diversificação econômica que caracteriza centros mais dinâmicos. Em Remanso, o comércio responde por 212 dos 317 estabelecimentos, enquanto a indústria de transformação e a construção civil

aparecem de forma incipiente. O dado confirma a prevalência de atividades básicas, de alcance local, com baixa capacidade de articulação em cadeias regionais mais complexas. O mesmo panorama pode ser observado nas demais cidades da região.

Tabela 07 - Estabelecimentos por setores de atividade econômica e Total de atividades em relação a da Região Imediata de Juazeiro. 2017

Municípios	Extrativismo Mineral	Industria da Transformação	Serviços Industriais de Utilidade Pública	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária e Extrativismo	Total de Atividades	Total de Atividades em Relação a Região Imediata de Juazeiro (%)
Campo Alegre de Lourdes	1	4	0	7	57	19	2	1	91	2%
Casa Nova	2	10	1	11	197	91	3	88	403	9%
Curaçá	10	4	0	3	88	24	3	30	162	4%
Juazeiro	8	186	7	98	1.593	929	8	277	3106	68%
Pilão Arcado	0	2	1	2	43	16	2	1	67	1%
Remanso	0	12	0	3	212	72	4	14	317	7%
Sento Sé	3	2	3	0	71	18	2	11	110	2%
Sobradinho	0	7	3	4	100	42	3	13	172	4%
Uauá	1	4	1	7	95	27	2	5	142	3%
TOTAL	25	231	16	135	2.456	1238	29	440	4.570	100%

Fonte: SEI/ IBGE (2019).

Elaboração: Equipe do Grupo de Pesquisa TERRITÓRIOS

Em caminho parecido, a Tabela 08 apresenta a distribuição da estrutura empresarial por porte na Região Imediata de Juazeiro apresenta dados que reforçam a imponência de Juazeiro, que concentra 60% do total de empresas da região. Remanso aparece na segunda posição, ao lado de Casa Nova, cada um com 8% do total regional, o que evidencia algum dinamismo, ainda que restrito, visto que suas realidades são muito mais aproximadas das demais cidades do que de Juazeiro que desponta com protagonismo no contexto regional. Em Remanso, predominam os microempreendedores individuais (1.134) e as microempresas (884), revelando a prevalência de unidades de pequeno porte, com baixa capacidade de expansão e inovação.

Tabela 08 - Distribuição de Estabelecimento por porte na Região Imediata (2025)

Municípios	Micro Empresário Individual (MEI)	Microempresa	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	Outros	Total	Total de empresas em relação a Região Imediata de Juazeiro
Campo Alegre de Lourdes	396	543	112	155	1206	4%
Casa Nova	990	1018	167	445	2620	8%
Curaçá	434	505	148	307	1394	4%
Juazeiro	8380	7180	1415	1928	18903	60%
Pilão Arcado	216	518	74	191	999	3%
Remanso	1134	884	167	263	2448	8%
Sento Sé	327	376	75	339	1117	4%
Sobradinho	667	458	60	225	1410	4%
Uauá	621	472	88	211	1392	4%
Total	13165	11954	2306	4064	31489	100%

Fonte: SEBRAE, 2025

Elaboração: Equipe do Grupo de Pesquisa TERRITÓRIOS

A análise dos estabelecimentos de serviços, realizada através da Tabela 09, reafirma a centralidade de Juazeiro como polo regional, pois o município concentra 41% das instituições bancárias, 61% dos leitos hospitalares, 50% das instituições públicas de ensino superior e 44 % das instituições privadas de ensino superior da Região Imediata de Juazeiro. Por outro lado, observa-se que Remanso concentra apenas 5% dos bancos, 8% dos leitos hospitalares, 11% das instituições públicas de ensino superior e 9 % das instituições privadas de ensino superior da região. Ou seja, embora Remanso concentre alguns serviços, a maior parte das demandas de serviços são supridas por Juazeiro.

Tabela 09 - Estabelecimentos de Serviços na Região Imediata de Juazeiro.

ESTABELECIMENTOS	MUNICÍPIO DE REMANSO		MUNICÍPIO DE JUAZEIRO		REGIÃO IMEDIATA DE JUAZEIRO
	REMANSO	% EM RELAÇÃO A REG. IMEDIATA	JUAZEIRO	% EM RELAÇÃO A REG. IMEDIATA	
Instituições de Ensino Públicas	106	11,71%	172	19,01%	905
- Ensino Fundamental	102	12,10%	140	16,61%	843
- Ensino Médio	2	4,55%	23	52,27%	44
- Ensino Superior	2	11,11%	9	50,00%	18
Instituições de Ensino Privadas	17	9,24%	92	50,00%	184
- Ensino Fundamental	7	7,87%	47	52,81%	89
- Ensino Médio	2	20,00%	7	70,00%	10
- Ensino Superior	8	9,41%	38	44,71%	85
Bancos	3	4,29%	29	41,43%	70
- Público	2	5,00%	13	32,50%	40
- Privado	1	3,33%	16	53,33%	30
Leitos Hospitalares	79	8,88%	545	61,24%	890
- Público	42	5,48%	499	65,14%	766
- Privado	37	29,84%	46	37,10%	124

Fonte: SEI - Estatísticas dos Municípios Baianos (2018); e-MEC - Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (2024); FEBRABAN - Busca Banco (2024); CnesWeb - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (2024)

Elaboração: Equipe do Grupo de Pesquisa TERRITÓRIOS

A Tabela 10 nos apresenta uma perspectiva ampla da Região Imediata de Juazeiro, a partir de indicadores econômicos e sociais como Produto Interno Bruto (PIB), PIB per capita, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). Do ponto de vista econômico, Juazeiro ocupa uma posição central, pois detém o maior PIB (R\$5.181.529.250,00) e PIB per capita (R\$23.601,32) da região. Observando o PIB absoluto, Remanso está em 5º lugar, atrás de Juazeiro, Sento Sé, Casa Nova e Sobradinho. Já o PIB per capita de Remanso é de R\$11.780,33, próximo à média regional, mas muito inferior ao de municípios como Sobradinho e Sento Sé, que ultrapassam a marca de R\$30 mil, e distante do apresentado por Juazeiro.

Tabela 10 - Indicadores Econômicos e sociais (PIB, PIB Per capita, IDHM e IVS) da Região Imediata de Juazeiro

Unidade Escalar (1)	PIB (em R\$)	PIB PER CAPITA (em R\$)	IDHM	IVS
BAHIA	352.617.852.000,00	23.530,94	0,660	0,403
Região Imediata de Juazeiro	10.278.780.275,00	11.780,33	0,588	0,467
Campo Alegre de Lourdes	295.490.710,00	10.246,22	0,557	0,569
Casa Nova	875.278.180,00	11.975,02	0,570	0,467
Curaçá	355.221.010,00	10.130,36	0,581	0,461
Juazeiro	5.181.529.250,00	23.601,32	0,677	0,352
Pilão Arcado	291.383.170,00	8.255,65	0,506	0,526
Remanso	486.810.179,00	11.780,33	0,579	0,478
Sento Sé	1.714.785.801,00	41.541,36	0,585	0,486
Sobradinho	843.210.071,00	36.229,70	0,631	0,383
Uauá	235.071.904,00	9.798,34	0,605	0,449

Fonte: SEI/ IBGE (2021); IBGE (2021).

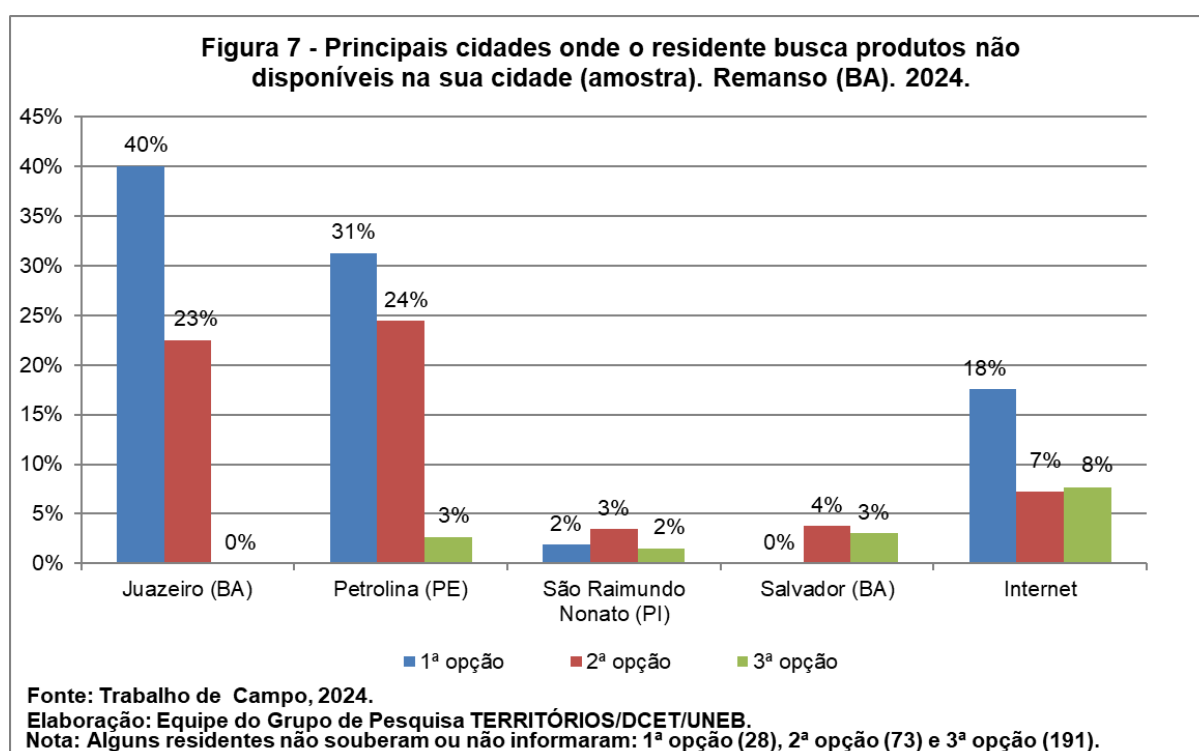
Elaboração: Equipe do Grupo de Pesquisa TERRITÓRIOS

Sob a ótica dos indicadores sociais, Juazeiro se destaca com o maior IDHM da região imediata (0,677), sendo maior inclusive que o IDHM do Estado da Bahia (0,660), sugerindo melhores condições de vida. Além disso, Juazeiro tem o menor IVS de região (0,352) o que indica uma vulnerabilidade social moderadamente baixa em comparação com os demais municípios que compõem a Região Imediata de Juazeiro. Esses índices se justificam, pois Juazeiro dispõe de uma estrutura razoável para atender as necessidades de saúde e educação não só para a população da sua hinterlândia, mas também das cidades vizinhas, conforme apontado nas tabelas anteriores. Remanso, por outro lado, conta com um IDHM de 0,579 e um IVS de 0,478.

Nos últimos anos, o Grupo de Pesquisa Território, Rede e Ação Política (TERRITÓRIOS), vinculado à Universidade do Estado da Bahia (UNEB) vem desenvolvendo a pesquisa intitulada “Dinâmicas Territoriais do Vale do São Francisco: singularidades e pluralidades da Região Geográfica Imediata de Montes Claros (MG) e Juazeiro (BA)”. O estudo, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tem produzido um diagnóstico abrangente acerca da Região Imediata de Juazeiro. Entre os dias 15 e 18 de outubro de 2024, a equipe do Grupo aplicou questionário nas cidades de Casa Nova, Sobradinho, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado. No caso específico de Remanso, os questionários foram aplicados junto a moradores maiores de 18 anos, residentes no perímetro urbano. Foram aplicados 270 questionários a população cidadina, amostragem que reflete estatisticamente 90% de grau de confiança e 5% de margem de erro. Os dados obtidos permitem identificar aspectos relevantes

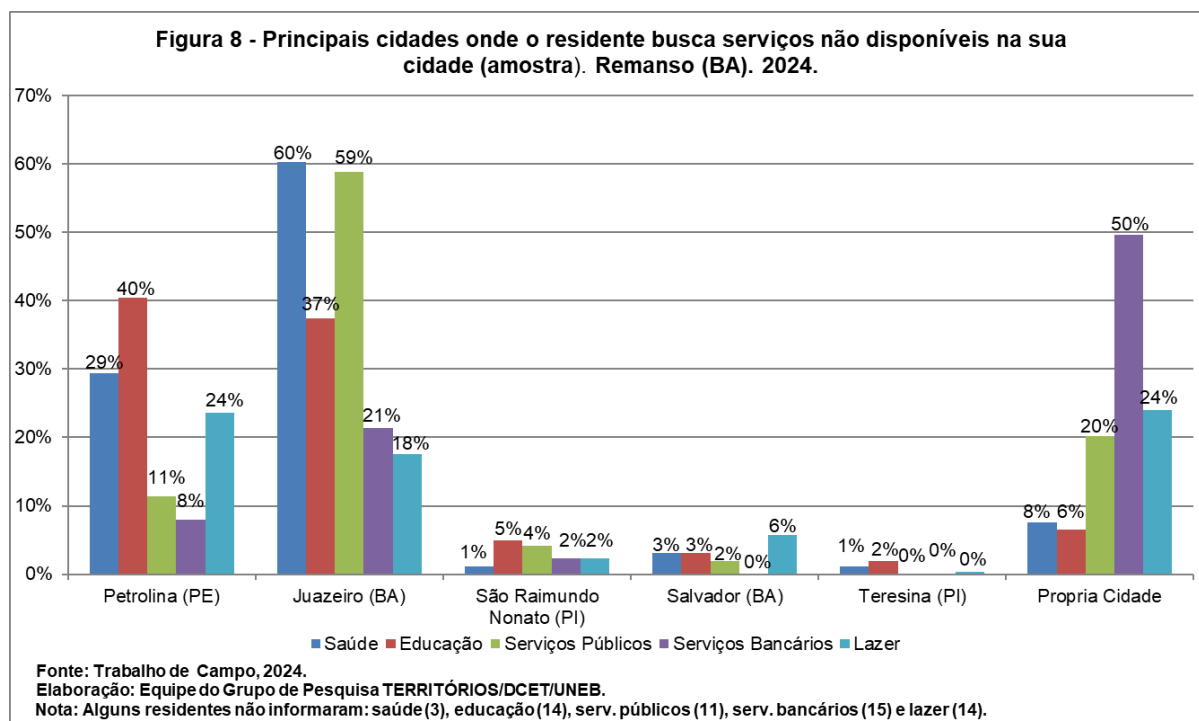
sobre a forma como os remansenses se relacionam com a rede urbana regional, especialmente com Juazeiro, cidade-polo da região.

O gráfico da Figura 7 mostra as cidades mais procuradas pelos remansenses para adquirir produtos não disponíveis em Remanso. Na opção principal, Juazeiro aparece como destino preferido (40%), seguida por Petrolina (31%) e pela internet (18%). Como segunda escolha, Petrolina (24%) e Juazeiro (23%) mantêm o destaque, enquanto a internet aparece com 7%. Na terceira opção, a internet passa a liderar (8%), seguida por Petrolina e Salvador (3% cada), além de São Raimundo Nonato (2%).



O gráfico da Figura 8 apresenta as principais cidades onde os remansenses buscam serviços indisponíveis em Remanso. Em relação à saúde, 60% dos entrevistados procuram atendimento em Juazeiro, 29% em Petrolina e apenas 8% afirmam recorrer a serviços ofertados na própria Remanso, revelando uma elevada dependência externa nesse setor. No caso da educação, a distribuição é semelhante. 40% buscam instituições em Petrolina, 37% em Juazeiro e somente 6% em Remanso. Uma dinâmica próxima também aparece nos serviços públicos, para os quais 59% recorrem a Juazeiro, 20% permanecem em Remanso e 11% deslocam-se até Petrolina. Entre os serviços analisados, apenas os bancários mostram predominância local: 50% utilizam os bancos de Remanso, enquanto 21%

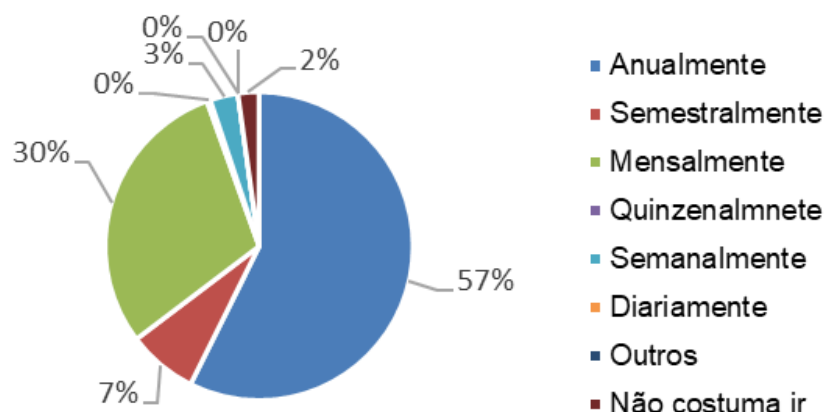
procuram Juazeiro e 8% Petrolina. Já no lazer, Remanso e Petrolina aparecem empatadas como destino de 24% dos entrevistados, enquanto 18% preferem Juazeiro e 6% se deslocam até Salvador.



Esses resultados evidenciam que a oferta local ainda responde insuficientemente às demandas da população, gerando fluxos cotidianos que reafirmam a centralidade regional de Juazeiro e Petrolina e situam Remanso como cidade funcionalmente subordinada dentro dessa hierarquia urbana.

A partir do gráfico da Figura 9, que mostra a frequência de deslocamento da população de Remanso para Juazeiro, nota-se que 57% dos entrevistados realizam esse deslocamento ao menos uma vez por ano e outros 7% afirmaram ir semestralmente. Um número expressivo dos entrevistados (30%) declarou se deslocar mensalmente, enquanto 3% realizam viagens semanais. Esses dados evidenciam o papel polarizador de Juazeiro, que concentra atividades e serviços capazes de atrair fluxos constantes de pessoas vindas de cidades vizinhas, reforçando sua centralidade na rede urbana regional.

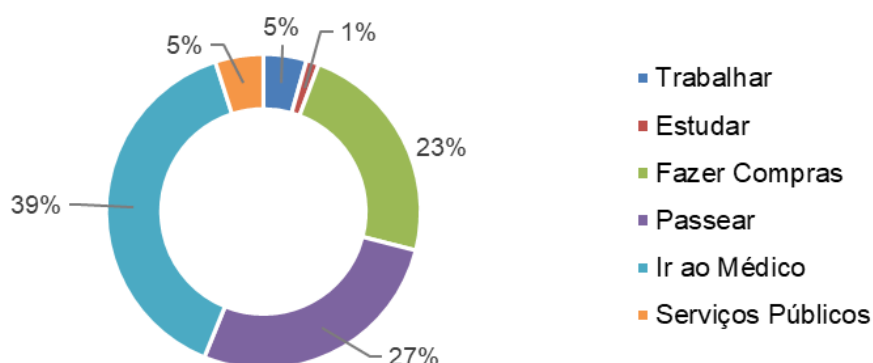
Figura 9 - Frequência de deslocamento da população residente em Remanso para a cidade de Juazeiro. Remanso (BA). 2024.



Fonte: Trabalho de Campo, 2024.
Elaboração: Equipe do Grupo de Pesquisa TERRITÓRIOS/DCET/UNEB.

Já o gráfico da Figura 10 aprofunda a compreensão sobre os motivos que levam os remansenses a se deslocarem para Juazeiro. Observa-se que 39% dos entrevistados apontaram os serviços médicos como principal razão da viagem, seguido por 27% que afirmaram ir para lazer e passear, enquanto 23% se deslocam para fazer compras. Além disso, 5% procuram Juazeiro em função do trabalho, 5% em busca de serviços públicos e 1% para fins de estudo.

Figura 10 - Motivação dos deslocamento da população residente em Remanso para a cidade de Juazeiro. Remanso (BA). 2024.



Fonte: Trabalho de Campo, 2024.
Elaboração: Equipe do Grupo de Pesquisa TERRITÓRIOS/DCET/UNEB.

A leitura conjunta desses dados evidencia que Juazeiro desempenha funções de maior complexidade na oferta de serviços, o que explica sua capacidade de atrair fluxos pela dimensão econômica e por demandas sociais e institucionais. Esse

destaque de Juazeiro acompanha o que Bessa (2005) aponta sobre as cidades médias brasileiras:

No que diz respeito ao desenvolvimento das atividades econômicas, convém apontar que a ampliação dos papéis das cidades médias brasileiras tem como determinante a sua transformação funcional, seja pela refuncionalização das funções preexistentes, seja pela criação de novas funções, ambas associadas às atividades industriais, de comércio e de serviços. Tais cidades passam, dessa maneira, a abrigar variadas formas de capitais, inclusive com a entrada de capital internacional, sugerindo maior articulação com os circuitos do capitalismo mundial, à medida que representam novas áreas de atração de investimentos internacionais; e a demandar serviços especializados que incorporam os últimos avanços tecnológicos, a exemplo dos serviços de consultoria, propaganda, financeiros, dentre outros. Conseqüentemente, ampliam a oferta de emprego, sobretudo, de trabalho qualificado, transformando-se em cidades altamente competitivas. Santos (1993, p.123), em seus estudos acerca da urbanização brasileira, também julga que as ...cidades médias são, crescentemente, locus do trabalho intelectual, como o lugar onde se obtêm informações necessárias à atividade econômica. Serão, por conseguinte, cidades que reclamam cada vez mais trabalho qualificado... e, por isso, mudaram de conteúdo e de qualidade, visto que se transformaram em espaços da produção agrícola e industrial, bem como de expansão das atividades terciárias (Bessa, 2005, p. 274 - 275).

A partir da teoria sobre as dinâmicas urbano-regionais apresentadas neste capítulo, aliadas com os dados secundários representados nas tabelas, é possível apontar que Remanso exerce uma função muito própria das cidades pequenas na rede urbana brasileira, oferecendo bens e serviços voltados para a sua própria população, sem muita influência na Região Imediata de Juazeiro. Por outro lado, Juazeiro se destaca pelo seu papel central na dinâmica regional em que está inserida, concentrando grande parte dos bens e serviços e contendo uma economia pujante. Ademais, seguindo o esforço de classificação da cidade de Remanso, o capítulo seguinte abordará a relação entre o urbano e o rural no território Remansense.

6 RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E RURALIDADES NO URBANO

Continuando o esforço para estabelecer parâmetros para a caracterização de uma cidade como pequena, utilizando a cidade de Remanso como caso exemplar, buscaremos agora inspirações nas discussões acerca das ruralidades presentes no espaço urbano e na relação campo-cidade. Tendo em vista que esses conceitos são muito presentes na Geografia Agrária e não tanto nas discussões do Urbanismo, é necessário realizar uma breve contextualização sobre o tema.

Conforme Araújo e Soares (2009), o surgimento dos estudos sobre a relação campo-cidade remontam à Antiguidade, quando o excedente agrícola possibilitou a especialização das atividades humanas e, com isso, a divisão do trabalho em termos materiais e intelectuais. Essa diferenciação foi determinante para o aparecimento das primeiras cidades e para o início do processo de urbanização. Nesse contexto, coube ao campo desempenhar a função produtiva voltada à agricultura e ao abastecimento das populações urbanas, enquanto às cidades foram atribuídas funções administrativas, políticas, militares e de produção de conhecimento.

Tradicionalmente, essa separação foi pautada em critérios essencialmente econômicos, associando o rural à agricultura, ao isolamento e ao atraso, e o urbano à indústria, aos serviços e à modernidade. Entretanto, as categorias rural e urbano são amplas e complexas demais para serem definidas apenas com base na atividade econômica. É preciso reconhecê-las em sua dimensão social, cultural e territorial, considerando que os fluxos, as práticas e as formas de vida circulam entre esses espaços, tornando cada vez mais tênue a fronteira que os separa (Araújo; Soares, 2009).

Nesse sentido, Araújo e Soares (2009) faz uma distinção entre campo-cidade e rural e urbano. Enquanto o campo e a cidade podem ser compreendidos como realidades materiais, as categorias rural e urbano correspondem a construções sociais produzidas nesses espaços. Em outras palavras, são os sujeitos que, ao vivenciarem e significarem seus territórios, atribuem conteúdos específicos a essas espacialidades, permitindo distingui-las não apenas pela forma, mas pelos modos de vida que abrigam. Portanto, nessa perspectiva, campo e cidade não podem ser tomados como sinônimos de rural e urbano, pois embora o campo seja, em tese, a

base prática do rural, e a cidade a expressão material do urbano, as trocas entre ambos ultrapassam seus limites físicos.

Com base nessas considerações, torna-se possível avançar na compreensão das formas como os conteúdos do rural e do urbano se expressam no espaço. Para além da distinção conceitual entre campo/cidade e rural/urbano, é necessário reconhecer que esses conteúdos se manifestam em diferentes graus e intensidades, combinando-se e coexistindo em múltiplas configurações territoriais.

Nessa direção, Henrique (2010), apoiando-se em Lefebvre (1973), propõe uma leitura baseada em arquétipos (ou tipos ideais) que permitem identificar as marcas típicas da ruralidade e da urbanidade. Entre os dois extremos apontados pela teoria, o “100% rural” e o “100% urbano”, existem diversas gradações possíveis. Assim, mais do que estabelecer uma oposição rígida, o objetivo é justamente evidenciar a fluidez e a variedade de combinações entre esses conteúdos, que se articulam de forma dinâmica no espaço.

O arquétipo rural, enquanto idealização teórica, expressa um modo de vida ancorado em práticas e relações de forte enraizamento local. Seu espaço é restrito e de escala predominantemente comunitária, resultado de uma mobilidade reduzida e de uma relação direta com o território. O tempo, por sua vez, é marcado pelo ritmo da natureza e das estações. Um tempo cíclico, lento e reiterativo, orientado mais pela vivência do que pela produtividade. A organização social tende a ser orgânica, fundada em laços de solidariedade e ajuda mútua. A família desempenha papel central na inserção do indivíduo na coletividade. Historicamente, a comunicação, forte e direta, acontecia majoritariamente por meio do contato pessoal, em virtude da baixa densidade técnica comum aos espaços rurais (Henrique, 2010).

Henrique (2010) observa que, nos espaços marcados por maior ruralidade, as cidades, geralmente pequenas, assumem funções básicas de comércio, serviços e encontro social. São lugares de convivência e trocas cotidianas, cujas dinâmicas revelam espontaneidade e usos múltiplos do espaço. Assim, a cidade é considerada uma obra, isto é, um espaço vivido e produzido socialmente, e não apenas consumido.

Em contraposição, o arquétipo urbano representa a intensificação das lógicas do capital, da técnica e da informação. O espaço é amplo, fluido e globalizado, sustentado por uma alta densidade técnica e pela aceleração dos fluxos materiais e imateriais. O tempo, nesse contexto, é linear e mecânico, regulado pelo relógio e

orientado pela produtividade, parecendo sempre insuficiente diante das exigências da vida cotidiana. A organização social urbana é mecânica, baseada em relações funcionais e profissionais mais do que em vínculos comunitários. A sociabilidade centra-se no indivíduo, que se define a partir de sua profissão, renda, endereço e capacidade de consumo. A comunicação interpessoal é mais frágil, ainda que mediada por sofisticados meios técnicos que ampliam o volume, mas reduzem a profundidade das interações. Assim, no arquétipo urbano a informação é abundante, mas frequentemente superficial e efêmera. A cidade, nesse modelo, torna-se o locus da circulação, do consumo e da produção, transformando-se em um espaço predominantemente programado, submetido às lógicas do mercado e da eficiência. Se, na ruralidade, o espaço urbano é vivido como obra, na urbanidade ele tende a ser produzido como produto (Henrique, 2010).

Henrique (2010) destaca, entretanto, que tais arquétipos são apenas referências teóricas. Na realidade concreta, os espaços não são nem totalmente rurais nem totalmente urbanos, mas híbridos, revelando múltiplas intensidades de ruralidades e urbanidades que se interpenetram. Essa compreensão é essencial para a análise das cidades pequenas, onde elementos típicos do rural, como a forte sociabilidade comunitária, o ritmo mais lento da vida cotidiana e a proximidade com o meio natural, coexistem com traços da urbanidade, como o acesso a serviços, a circulação de capitais e a incorporação de tecnologias.

Em concordância, Bacelar (2008) reafirma a forte ligação entre a pequena cidade e o seu entorno rural, e por isso, ela deve ser analisada de maneira conjunta. Moreira Júnior (2014) reforça essa ideia de que o urbano e o rural, nessas cidades, não podem ser entendidos de maneira isolada:

Cidade e campo mantêm relações indissociáveis. A história revela que existe uma interdependência cada vez maior entre ambas, no qual não há autonomia nem do campo, nem da cidade. Portanto, o urbano em cidades pequenas, em seu caráter espacial e populacional, deve ser vislumbrado a partir da articulação entre o rural e o urbano (Moreira Junior, 2014, p. 39).

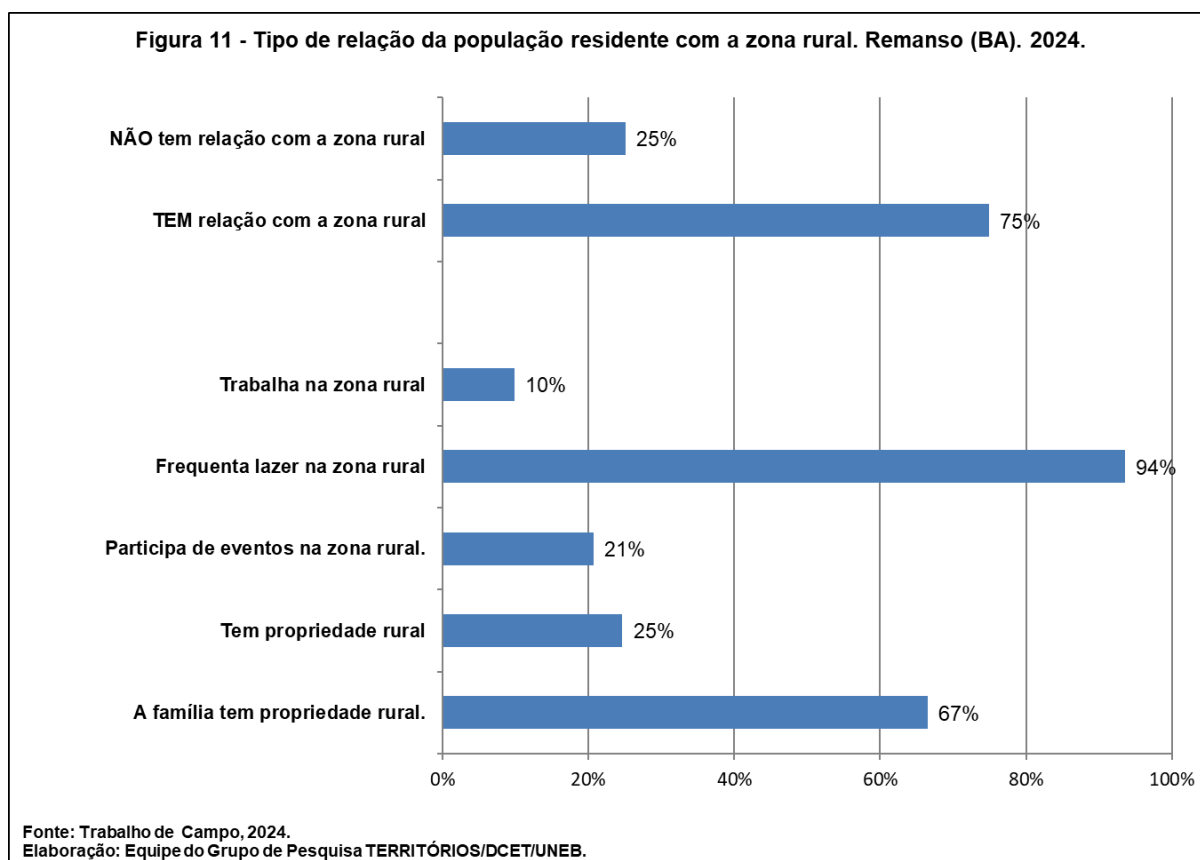
É sabido que muitos municípios brasileiros apresentam grandes extensões territoriais, entretanto, sua sede político-administrativa está geralmente concentrada em núcleos urbanos pequenos. Nesses locais, verifica-se uma intensa articulação entre o urbano e o rural, que se manifesta tanto nas atividades econômicas quanto nos estilos de vida, nos costumes e nos hábitos da população. Essa

interdependência se reflete diretamente na configuração espacial e social dessas cidades:

O forte vínculo existente com o rural se manifesta, também, na paisagem urbana. Como consequência deste vínculo estreito com o campo, as cidades pequenas conservam uma maior multiplicidade de vivências e de contradições entre o urbano e o rural. Assim, em geral, a morfologia destas cidades é marcada pelo tênue contraste urbano-rural, na qual, não raramente, se observa atividades agrícolas inseridas na cidade, como são os casos: dos quintais, das hortas ou criações de animais como galinhas, por exemplo (Moreira Junior, 2014, p. 52).

Em sentido parecido, Nascimento e Coelho Neto (2024, p. 1) acrescentam que “pensar o campo e a cidade, assim como seus conteúdos, focalizando suas interrelações e suas trocas mútuas são essenciais para os estudos dessas realidades socioespaciais (cidades pequenas e vilas)”.

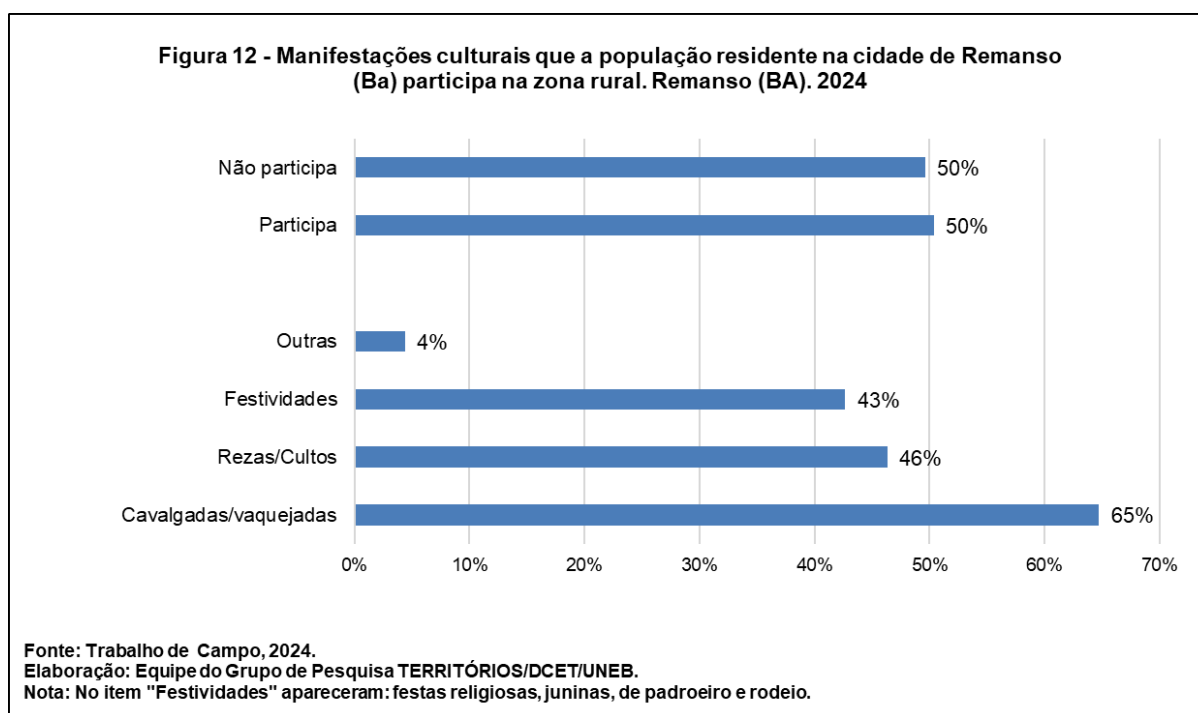
A pesquisa realizada em outubro de 2024 pelo Grupo TERRITÓRIOS revelou como as ruralidades se manifestam no cotidiano dos habitantes de Remanso. O gráfico da Figura 11 mostra que 75% dos entrevistados afirmaram manter algum tipo de relação com a zona rural.



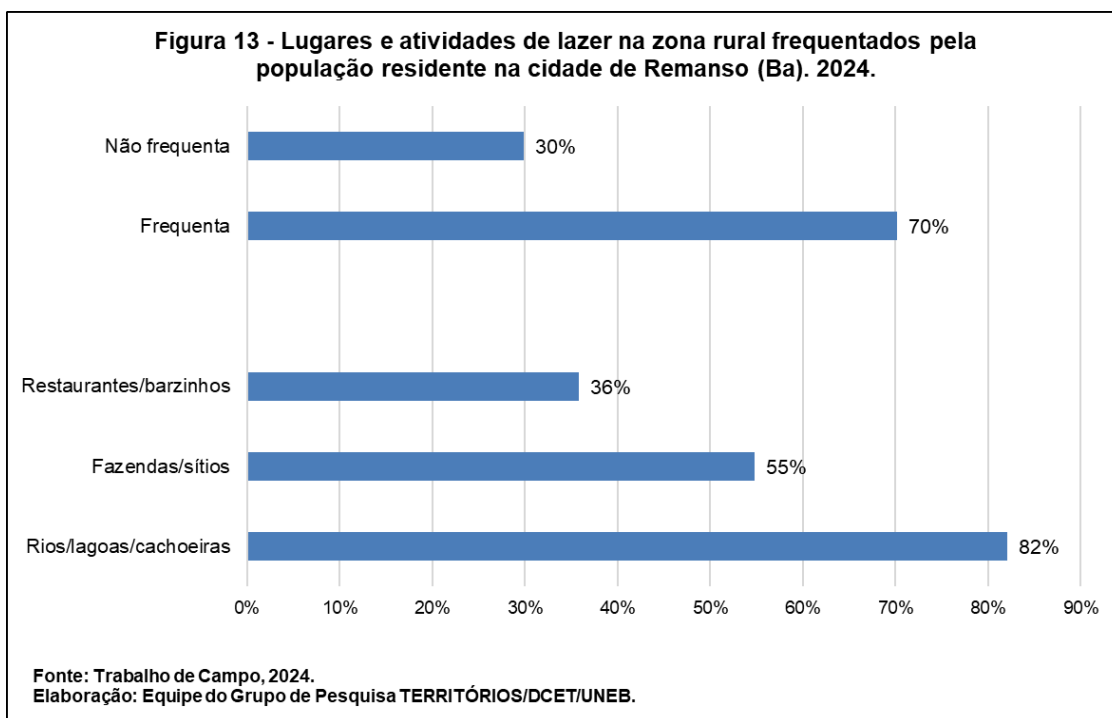
Entre eles, 94% frequentam a zona rural para lazer, 67% possuem familiares com propriedade rural, 25% são proprietários rurais, 21% participam de eventos e

10% trabalham diretamente na zona rural. Esses dados revelam que muitos dos remansenses, possuem forte ligação com o ambiente rural, mesmo residindo na área urbana, corroborando com a teoria exposta anteriormente.

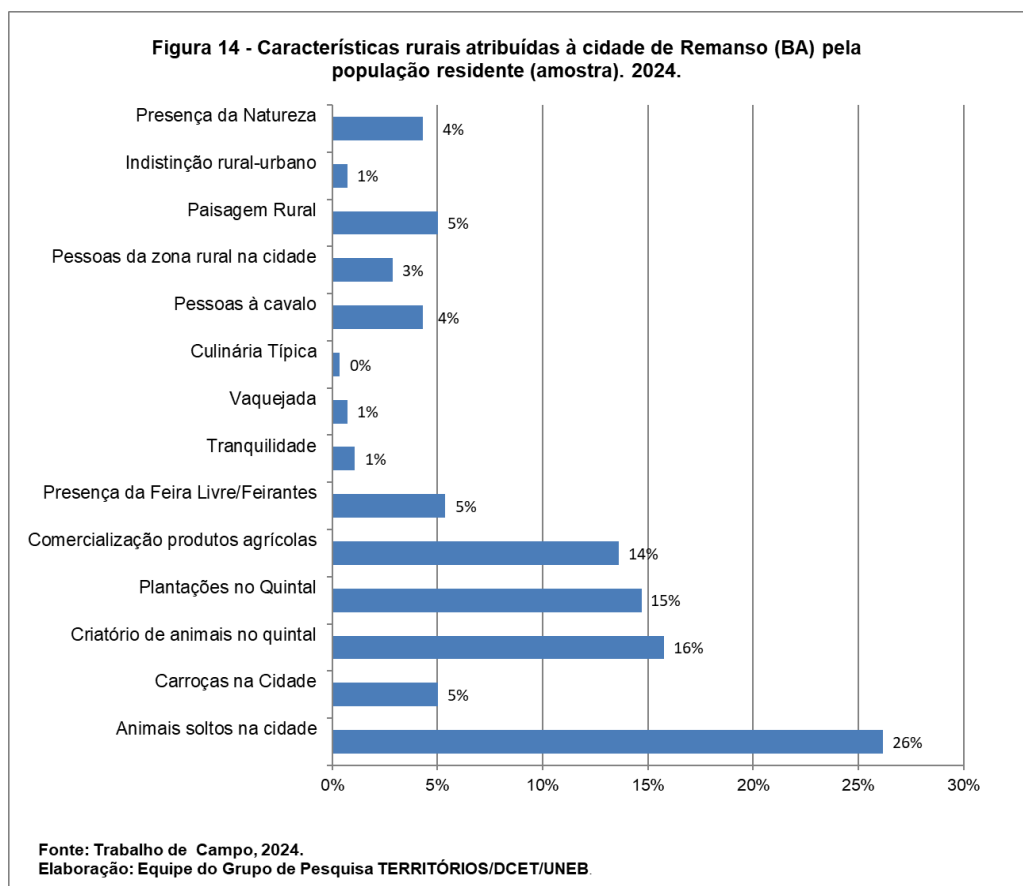
O gráfico da Figura 12 reforça essa articulação ao mostrar que 50% dos entrevistados participam de manifestações culturais realizadas na zona rural. Entre eles, 65% participam de cavalgadas e vaquejadas, 46% participam de rezas ou cultos, 43% participam de festividades (festas religiosas, juninas, de padroeiro e rodeios) e 4% informaram participar de outras festividades. Além da frequência de visitas ao ambiente rural, este dado também revela uma forte relação da população cidadina de Remanso com manifestações culturais que são tradicionalmente associadas e realizadas no ambiente rural do nordeste brasileiro.



O gráfico da Figura 13 aponta que 70% dos entrevistados costumam frequentar a zona rural para atividades de lazer. Dentre eles, 82% frequentam rios, lagoas ou cachoeiras, 55% frequentam fazendas e sítios e 36% frequentam restaurantes e barzinhos. A busca por esses espaços de tranquilidade reflete a permanência de valores e ritmos rurais em Remanso.

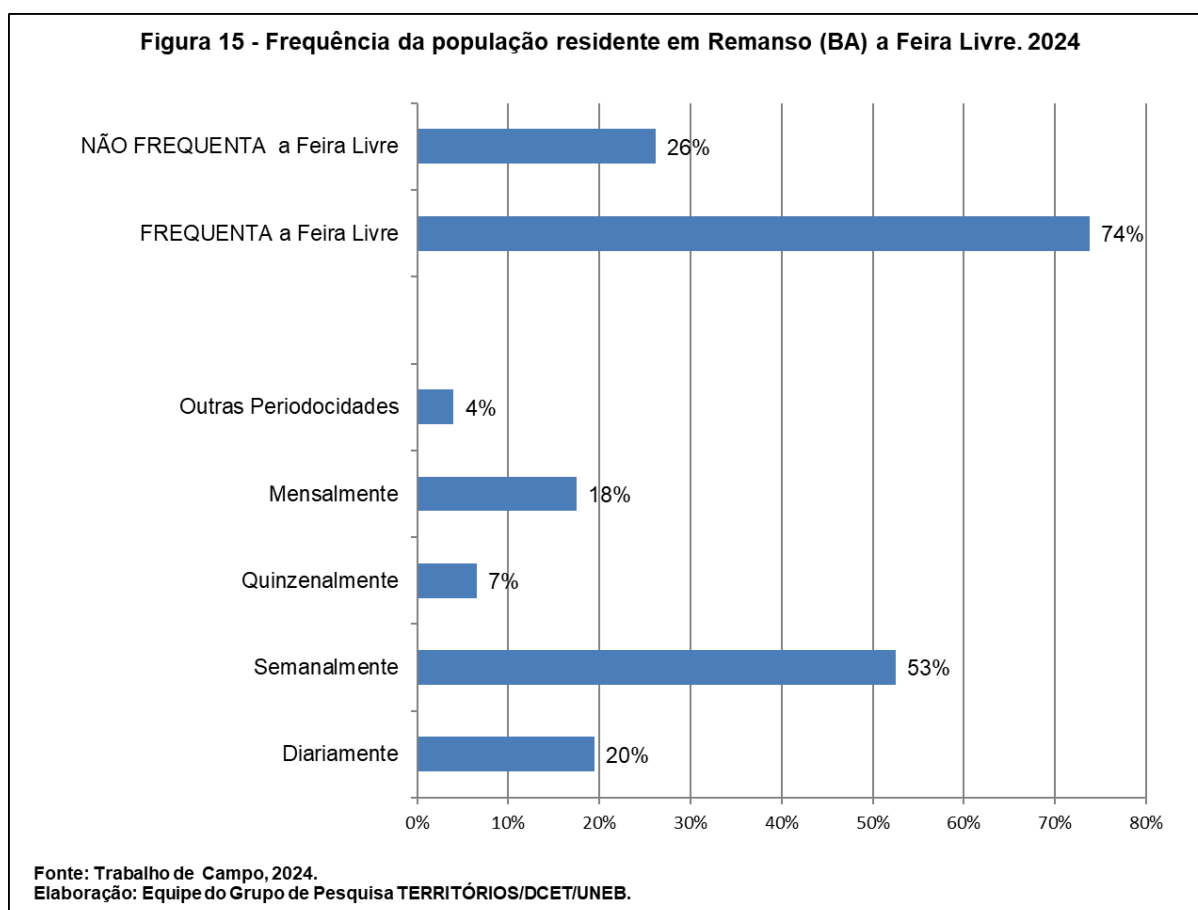


Já o gráfico da Figura 14 mostra que os próprios moradores reconhecem características rurais na cidade de Remanso. Dos entrevistados, 26% visualizam animais soltos na rua, 16% observam a criação de animais no quintal e 14% notam a comercialização de produtos agrícolas.



Além disso, também foram apontadas características como a presença da natureza, paisagem rural, carroças pela cidade, pessoas a cavalo, pessoas da zona rural na cidade e a presença da feira livre. Isso reforça o caráter híbrido de Remanso, onde urbano e rural se encontram.

No gráfico da Figura 15 observa-se que 74% dos entrevistados frequentam a Feira Livre. Dentre eles, 20% frequentam a feira diariamente, 53% frequentam semanalmente e 18% frequentam a feira mensalmente. Isso revela uma grande procura da população a produtos provenientes dos produtores rurais. O comércio nas feiras livres é muito característico das cidades pequenas e representa um importante espaço para a economia local.



Durante a pesquisa de campo realizada na cidade de Remanso, foram realizados registros fotográficos que confirmam a presença do rural no urbano. As Figuras 16 e 17 apresentam ruas e quintais consideravelmente arborizadas, evidenciando a presença e resistência da natureza no ambiente urbano de Remanso.

Figura 16 - Rua com arborização considerável em Remanso.



Fonte: Grupo de Pesquisa TERRITÓRIOS, 2024.

Figura 17 - Casa com o quintal tomado por árvores em Remanso.



Fonte: Grupo de Pesquisa TERRITÓRIOS, 2024.

Analisando a paisagem de Remanso, foram observados alguns lotes rurais na área urbana. Nesse contexto, a da Figura 18 apresenta um lote rural em uma rua de Remanso, com calçadas, pavimentada com asfalto e tomada por imóveis residenciais. Em paralelo, a Figura 19 mostra o encontro entre a área urbana e a área rural em Remanso. De um lado da rua é possível observar um imóvel característico de zona urbana, assim como calçadas, pavimentação e um poste com fiação, do outro lado, observa-se um espaço sem construções dando forma ao início da zona rural, onde a natureza é mais presente.

Figura 18 - Lote rural em meio à área urbana de Remanso.



Fonte: Grupo de Pesquisa TERRITÓRIOS, 2024.

Figura 19 - Limiar entre a área urbana e a área rural em Remanso.



Fonte: Grupo de Pesquisa TERRITÓRIOS, 2024.

Nas Figuras 20 e 21 observamos um cavalo e um jumento, ambos amarrados por cordas pastando em um terreno vazio localizado na área urbana de Remanso.

Essa prática foi uma das apontadas pelos entrevistados quando questionados sobre características rurais na cidade.

Figura 20 - Cavalo amarrado pastando em um terreno vazio em Remanso.



Fonte: Grupo de Pesquisa TERRITÓRIOS, 2024.

Figura 21 - Jumento amarrado pastando em um terreno vazio em Remanso.



Fonte: Grupo de Pesquisa TERRITÓRIOS, 2024.

Em contexto parecido, a Figura 22 mostra um homem que conduz uma carroça puxada por um cavalo que segue pelas ruas de Remanso. Esse hábito de utilizar carroças para se locomover pela cidade também foi apontado pelos entrevistados e se insere no apontado por Nascimento e Coelho Neto (2024, p. 2): “as ruralidades também se expressam como manifestações, identidades, hábitos, e, estas podem ser encontradas para além dos espaços considerados rurais”.

Figura 22 - Homem conduz uma carroça puxada por um cavalo em Remanso.



Fonte: Grupo de Pesquisa TERRITÓRIOS, 2024.

A Figura 23, que retrata uma praça vazia e silenciosa, evoca o tempo lento e o ritmo cíclico descritos por Henrique (2010) no arquétipo rural, em oposição ao dinamismo e à pressa, típicos das cidades médias e grandes.

Figura 23 - Praça sem movimentação de pessoas em Remanso.



Fonte: Grupo de Pesquisa TERRITÓRIOS, 2024.

A Figura 24 mostra uma loja de produtos agropecuários no centro da cidade, reforçando a ideia de que, mesmo no espaço teoricamente mais urbano de Remanso, o rural permanece como referência econômica e simbólica, reafirmando a interdependência entre os dois mundos.

Figura 24 - Loja de produtos agropecuários no centro de Remanso.



Fonte: Grupo de Pesquisa TERRITÓRIOS, 2024.

A Figura 25 mostra um espaço construído pelo poder público para abrigar a feira livre em Remanso. A imagem foi capturada em um final de tarde de uma quinta-feira e por esse motivo os feirantes já não se encontravam lá, visto que o comércio na feira livre costuma compor um hábito matinal. De todo modo, a estrutura mostra um esforço do poder público de contribuir com a realização da feira livre. Isso corrobora com Bacelar (2008) que ressalta que, nessas localidades, o

poder público tende a desempenhar papel importante como promotor de atividades econômico-produtivas, além de resolver demandas do cotidiano.

Figura 25 - Espaço reservado para a feira livre em Remanso.



Fonte: Grupo de Pesquisa TERRITÓRIOS, 2024.

A análise empírica e teórica permite afirmar que Remanso apresenta características típicas das pequenas cidades, nas quais o rural se mantém vivo tanto na paisagem quanto nas práticas sociais e econômicas. A cidade expressa de forma concreta o que Araújo e Soares (2009) chamam de interdependência e complementaridade entre o rural e o urbano, em uma espacialidade híbrida, onde o campo e a cidade se entrelaçam continuamente. Desse modo, Remanso não deve ser compreendida a partir de uma oposição entre o urbano e o rural, mas como um território de integração, onde ruralidades e urbanidades coexistem e se redefinem mutuamente. O capítulo a seguir trará as considerações finais deste trabalho, compilando o resultado da análise sobre a caracterização de Remanso a partir dos quatro eixos de análise trabalhados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso teve como propósito compreender e caracterizar a cidade de Remanso (BA) a partir de seu porte, tomando-a como um caso exemplar das pequenas cidades brasileiras. Buscou-se, por meio da articulação entre teoria e empiria, discutir parâmetros capazes de sustentar uma classificação das pequenas cidades que vá além do critério demográfico, incorporando dimensões político-administrativas, urbano-regionais e urbano-rurais.

A análise desenvolvida ao longo dos capítulos mostrou que o tamanho populacional, embora continue sendo o indicador mais utilizado para classificar as cidades, é insuficiente para definir o que é uma cidade pequena. Em 2022, Remanso apresentava uma população total de 40.586 habitantes, sendo 26.839 residentes na zona urbana. Esses números, por si só, a enquadram dentro dos limites demográficos propostos por Jacobi (1994) para as pequenas cidades latino-americanas. No entanto, o estudo demonstrou que a compreensão do fenômeno urbano não pode se restringir ao número de habitantes, uma vez que o modo de vida, as funções urbanas e as relações com o território expressam conteúdos que extrapolam a dimensão quantitativa.

O segundo eixo de análise, centrado na dependência da administração pública, revelou um traço marcante das pequenas cidades brasileiras e de Remanso em particular. A estrutura econômica do município é fortemente sustentada pelo poder público, que se configura como o principal empregador e motor da economia local. Mais de 59% dos vínculos formais de trabalho pertencem ao setor público e 95% das receitas municipais provêm de transferências estaduais e federais, sobretudo do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Além disso, programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, alcançam mais da metade da população. Esses dados materializam o que Bacelar (2008; 2012) denomina de “Estado-município social”, em que o poder público local desempenha papel central não apenas na economia, mas também na manutenção das condições básicas de reprodução social. Assim, a dependência da população em relação à esfera pública é um componente essencial para compreender a natureza das pequenas cidades.

A partir do terceiro eixo, referente à integração ao sistema urbano regional, foi possível situar Remanso na hierarquia da Região Imediata de Juazeiro, conforme a divisão regional do IBGE (2017). Os dados analisados evidenciam que Juazeiro

exerce papel polarizador sobre os demais municípios da região, concentrando fluxos de pessoas, bens e serviços, enquanto Remanso ocupa posição subordinada na hierarquia urbano-regional e de alcance local. Entretanto, essa posição não significa isolamento, mas evidencia uma integração assimétrica, comum às pequenas cidades, cuja dinâmica se organiza a partir da complementaridade e não da centralidade.

Por fim, o quarto eixo de análise abordou a relação campo-cidade e as ruralidades no urbano. A partir do referencial teórico de Araújo e Soares (2009), Henrique (2010), Bacelar (2008) e Moreira Júnior (2014), compreendeu-se que o rural e o urbano, em vez de espaços dicotômicos, constituem dimensões interdependentes e complementares. Os dados empíricos obtidos pela pesquisa de campo realizada pelo Grupo TERRITÓRIOS em 2024 mostraram que 75% dos entrevistados mantêm relação direta com a zona rural, seja por laços familiares, práticas produtivas, lazer ou participação em manifestações culturais. As observações e registros fotográficos reforçaram a presença de elementos rurais na paisagem urbana, como criação de animais, quintais produtivos, carroças e ruas arborizadas, confirmando o que Moreira Júnior (2014) define como o “tênuo contraste urbano-rural” característico das cidades pequenas. Para leitura deste fenômeno evocamos o conceito de ruralidades no urbano, compreendido “[...] como formas (objetos) espaciais, práticas e hábitos típicos do espaço rural que estruturam e atravessam o espaço urbano das pequenas cidades e tornam a relação cidade-campo um horizonte flagrantemente perceptível” (Coelho Neto e Muniz Filho, 2025b).

Dessa forma, Remanso materializa a condição híbrida das pequenas cidades brasileiras, nas quais ruralidades e urbanidades coexistem e se entrelaçam, conformando um território de múltiplos significados. A cidade apresenta, simultaneamente, traços da modernidade urbana e permanências do modo de vida rural, expressos tanto nas práticas cotidianas quanto na configuração espacial e simbólica do lugar. Assim, reafirma-se que compreender as pequenas cidades exige reconhecer a complexidade dessas interações, que desafiam classificações rígidas e dicotômicas.

Em síntese, os resultados deste trabalho permitem concluir que Remanso se enquadra como uma cidade pequena não apenas pelo seu porte populacional, mas, sobretudo, por sua base econômica dependente do poder público, por sua inserção

periférica na rede urbana regional e por sua profunda articulação com o meio rural. Essa combinação de elementos revela a essência das pequenas cidades brasileiras: espaços de coexistência entre o moderno e o tradicional, entre a permanência e a mudança, onde as dinâmicas locais são fortemente influenciadas por processos regionais e nacionais.

Por fim, este estudo pretende contribuir para o avanço das reflexões teórico-metodológicas acerca das pequenas cidades, ao propor uma abordagem que articula diferentes dimensões analíticas e reconhece a diversidade de formas que o urbano assume no Brasil. Mais do que uma classificação, busca-se uma compreensão ampliada dessas cidades como parte integrante e indispensável da rede urbana e da produção do território nacional. Assim, compreender Remanso é compreender, em escala local, a complexa trama que conforma o urbano brasileiro contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Flávia Aparecida Vieira de; SOARES, Beatriz Ribeiro. Relação cidade campo: desafios e perspectivas. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 4, n. 7, p. 201–229, fev. 2009.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **A pequena cidade nas teias da aldeia global**: relações e especificidades sócio-políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara (MG). 2008. 415 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2008.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. Pequenas cidades: uma caracterização. In: ENCONTRO DE GRUPO DE PESQUISA: Agricultura, Desenvolvimento e Transformações Socioespaciais 5. 2009, Santa Maria (RS). **Anais [...]**. Santa Maria (RS): Grupo de Pesquisa em Educação e Território (UFSM), 2009.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. Análise da pequena cidade sob o ponto de vista político-administrativo. In: DIAS, Patrícia Chame; SANTOS, Jânio (Org.). **Cidades médias e pequenas**: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos. Série Estudos e Pesquisas, v. 97. Salvador: SEI, 2012. p. 81-101.

BESSA, Kelly Cristine. Reestruturação da Rede Urbana Brasileira e Cidades Médias: O Exemplo de Uberlândia(MG). **Caminhos de geografia**, v. 6, n. 16, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Art. 159.

BRASIL. **Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Código Tributário Nacional. Art. 91.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Painel de monitoramento: Relatório completo do Programa Bolsa Família e Cadastro Único no seu município. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html>. Acesso em: 2 out. 2025.

COELHO NETO, Agripino Souza; MUNIZ FILHO, Antonio. Pensando as cidades pequenas na Bahia: o caso de Paramirim no Sudoeste Baiano. **Caminhos de Geografia**, v. 25, p. 34-47, 2024.

COELHO NETO, Agripino Souza; MUNIZ FILHO, Antonio. Cidades do Estado da Bahia, Brasil: Dimensão Populacional e Relação Rural-Urbana. In: GUTIÉRREZ, Juan Ignacio Plaza; ONDOÑO, Irene Sánchez; ARRIBA, Jesús Moreno. (Org.). **América Latina**: paradigmas, procesos y desafíos en un contexto de cambios (hiper)acelerados. Madrid: Asociación Española de Geografía, 2025a, p. 207-219.

COELHO NETO, Agripino Souza; MUNIZ FILHO, Antonio. Biringinga, cidade pequena no Nordeste da Bahia: dimensão populacional, rede urbana e relação campo-cidade. **Revista Cerrados**, v. 23, p. 29-58, 2025b.

COELHO NETO, Agripino Souza; MUNIZ FILHO, Antonio. **Cidades pequenas da Bahia**: tamanho populacional, rede urbana e ruralidades no urbano. Curitiba: Editora CRV, 2025c.

CONTE, Cláudia Heloiza. Rede urbana: uma breve abordagem teórica. **GeoAtos**, Presidente Prudente, n. 14, v.1, p. 76-93, jan./jun.2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. As Pequenas Cidades na Confluência do Urbano e do Rural. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, p. 05-12, 2011

CORRÊA, Roberto Lobato. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. In: **Os caminhos da reflexão da cidade e do urbano**. São Paulo: Edusp, 1994, p. 323-359;

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. In: **Território**, Rio de Janeiro, v.4, n.6, p.41-53, jan./jun. 1999.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Geoaraguaia**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2018.

FRESCA, Tânia Maria. Centros Locais e Pequenas Cidades: Diferenças Necessárias. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 20, p. 75-81, set./dez. 2010.

GASPARINI, Carlos Eduardo; MIRANDA, Rogério Boueri. **Evolução dos aspectos legais e dos montantes de transferências realizadas pelo Fundo de Participação dos Municípios** [Texto para Discussão Nº 1243]. Brasília: IPEA, 2006.

HENRIQUE, Wendel. Do rural ao urbano: dos arquétipos à espacialização das cidades pequenas. In: DIAS, Patrícia Chame; SANTOS, Jânio (Orgs). **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos**. Série Estudos e Pesquisas, v. 97. Salvador: SEI, 2012. p. 63-80

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro : IBGE, 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades, Remanso. Sessão: História e Fotos. s.d. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/remanso/historico>>. Acesso em: 13, jan de 2023.

JACOBI, Pedro. Causas recientes del crecimiento urbano actual de América Latina y las tendencias de corto plazo. In: CHORNET, Alfonso Puncel. (Org.). **Las ciudades de América Latina: problemas y oportunidades**.Valencia: Universitat de Valencia, 1994, pp. 73-80.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. 2. ed. Barcelona: Ediciones 62, 1973.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. As cidades pequenas na Geografia brasileira: A construção de uma agenda de pesquisa. **GEOUSP - Espaço e tempo**, São Paulo, n. 35, p. 19 - 33, 2013.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. **As cidades pequenas na Região Metropolitana de Campinas (SP): dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re)produção do espaço**. Tese (Doutorado em Geografia) –Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP, 2014.

NASCIMENTO, Taiane dos Santos ; COELHO NETO, Agripino Souza . Relação rural-urbano: permanência de ruralidades nos hábitos dos moradores da Vila de Palame, Esplanada (BA). In: Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos, 2024, São Paulo. **Anais do Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos**. São Paulo: AGB, 2024. v. 1. p. 1-16.

PINHEIRO, Jarryer de Jesus. **Ruínas de Remanso Velho sob a perspectiva da museologia**: relações entre comunidade e sítio arqueológico. 2019. 125f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Edcarlos Mendes da. **Desterritorialização sob as águas de Sobradinho**: ganhos e desenganos, 2010. 320f. : il. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SOUZA, Marcos Tadeu Napoleão de. **Repasse do FPM para os municípios do Estado da Bahia em 2008**. Brasília: Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, 2007.

TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE. Transferências constitucionais realizadas. 2024. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/consultas/transferencias-constitucionais-realizadas>. Acesso em: 29 set. 2025.